



EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Voto - Diretoria Executiva - SEI Nº 4/2024/DE

PROCESSO Nº 23477.004915/2024-79

INTERESSADO: DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

BOLETIM DE VOTO - DIRETORIA EXECUTIVA**ASSUNTO**

Autorização da Diretoria Executiva à Diretoria de Orçamento e Finanças para emissão das Demonstrações Contábeis da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

ESPECIFICAÇÃO DA MATÉRIA

Trata-se de autorização da Diretoria Executiva à Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) para emissão das Demonstrações Contábeis da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, com fundamento no disposto no art. 87, combinado com o art. 55, inciso VII, do Estatuto Social da Ebserh, bem como a determinação que consta no item 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 24, que dispõe sobre a divulgação das Demonstrações Contábeis da entidade, a seguir transcritos.

Estatuto Social da Ebserh

Art. 55 Compete à Diretoria Executiva, no exercício das suas atribuições e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

(...)

VII promover a elaboração, em cada exercício, das demonstrações financeiras e submetê-las à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

(...)

Art. 87. A Ebserh deverá elaborar demonstrações financeiras trimestrais e divulgá-las em sítio eletrônico, observando as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 1976, e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive quanto à obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado naquela autarquia.

CPC 24 – Divulgação / Data de autorização para emissão

17. A entidade deve divulgar a data em que foi concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e quem forneceu tal autorização. Se os sócios da entidade ou outros tiverem o poder de alterar as demonstrações contábeis após sua emissão, a entidade deve divulgar esse fato.

18. É importante que os usuários saibam quando foi autorizada a emissão das demonstrações contábeis, já que elas não refletem eventos posteriores a essa data.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a Diretoria Executiva autoriza a Diretoria de Orçamento e Finanças a emitir as Demonstrações Contábeis da Empresa referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Autoriza-se a emissão das Demonstrações Contábeis 2023 em 28 de fevereiro de 2024.

É o Boletim de Voto da Diretoria Executiva, referente à deliberação de sua 586ª reunião extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2024.

De acordo.

(assinado eletronicamente)

ARTHUR CHIORO

Presidente

DANIEL BELTRAMMI

VP

ODETE CARMEN GIALDI

DAI

LUMENA ALMEIDA CASTRO FURTADO

DAS

LUCIANA DE GOUVÊA VIANA

DGP

CRISTIANE CARVALHO SANTOS MELO

DEPI

MÁRCIA SUZANNA DUTRA ABREU BORGES DA FONSÊCA

DOF

GILIATE CARDOSO COELHO NETO

DTI



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Suzanna Dutra Abreu Borges da Fonsêca, Diretor(a)**, em 27/02/2024, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Odete Carmen Gialdi, Diretor(a)**, em 27/02/2024, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Beltrammi, Vice-Presidente**, em 27/02/2024, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Gouvea Viana, Diretor(a)**, em 27/02/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Carvalho Santos Melo, Diretor(a)**, em 28/02/2024, às 04:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lumena Almeida Castro Furtado, Diretor(a)**, em 28/02/2024, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Chioro, Presidente**, em 28/02/2024, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giliate Cardoso Coelho Neto, Diretor(a)**, em 28/02/2024, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36921058** e o código CRC **32D96FE1**.

Referência: Processo nº 23477.004915/2024-79

SEI nº 36921058

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

Ilmos. Srs.
Administradores e Conselheiros da
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram também por nós examinadas, conforme relatório emitido em 24/fev./23, sem modificação de opinião sobre aquelas demonstrações contábeis.

Reapresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2022

Conforme explicitado na nota explicativa nº 4, da Administração, objetivando observar plenamente o regime de competência à Entidade alterou, no exercício de 2023, o critério contábil de reconhecimento das receitas de subvenções que vinha adotando até então pelo critério do Siafi, (receita por caixa), passando a adotar o regime contábil da competência, preconizado na Lei nº 6.404/76. Em decorrência dessa alteração, para possibilitar a comparação entre os exercícios as demonstrações contábeis do exercício de 2022 estão sendo reapresentadas com as alterações e efeitos nas rubricas correspondentes.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de fevereiro de 2024.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

SAÚDE, ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÃO

Demonstrações Contábeis

4º Trimestre de 2023

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL (BP).....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (DR)	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	5
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL).....	7
NOTAS EXPLICATIVAS (NE)	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	9
4. REAPRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES MODIFICADOS.....	11
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
6. VALORES A RECEBER.....	12
7. SUBVENÇÃO DE CUSTEIO A RECEBER	12
8. ADIANTAMENTOS E CRÉDITOS A RECEBER	13
9. ESTOQUES.....	14
10. DEPÓSITOS JUDICIAIS	15
11. IMOBILIZADO	15
11.1 BENS MÓVEIS	15
11.2 BENS IMÓVEIS	16
11.3 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT DO IMOBILIZADO.....	16
12. INTANGÍVEL	17
13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	18
14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR.....	18
15. RETENÇÕES DE IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E OUTRAS RETENÇÕES.....	18
16. OBRIGAÇÕES TRANSITÓRIAS	19
17. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO A PAGAR.....	20
18. RECEITA DIFERIDA – SUBVENÇÕES	21
19. CONTINGÊNCIAS PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS	21
20. CAPITAL SOCIAL.....	22
21. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC.....	22
22. PREJUÍZOS ACUMULADOS	23
22.1 PREJUÍZOS ACUMULADOS DE PERÍODOS ANTERIORES	23
22.2 RESULTADO DO EXERCÍCIO	23
23. RECEITA BRUTA	23
24. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.....	24
25. DESPESA COM PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	24
25.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	24
25.2 ENCARGOS PATRONAIS	24
25.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	24
25.4 OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS.....	24
26. USO DE MATERIAL DE CONSUMO	25
27. SERVIÇOS TOMADOS	25
28. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT.....	26
29. PERDAS INVOLUNTÁRIAS E DESFAZIMENTOS	26
30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	26
31. OUTRAS DESPESAS	27
32. RECEITAS FINANCEIRAS	27
33. DESPESAS FINANCEIRAS	27
34. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL	27
35. RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA.....	28
36. RESULTADO DO EXERCÍCIO	28
37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	28
37.1 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	28
37.2 PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	30
37.3 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	30
37.4 PLANOS DE BENEFÍCIOS PARA EMPREGADOS.....	30
38. CONCILIAÇÃO CONFORME ACÓRDÃO Nº 2016/2006 – TCU.....	31
38.1 CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS AS DIFERENÇAS APURADAS ENTRE SIAFI E SOCIETÁRIO – REAPRESENTAÇÃO 2022	31
38.2 SUBVENÇÃO A RECEBER.....	31
38.3 BENS NÃO LOCALIZADOS	31
38.4 PREJUÍZOS ACUMULADOS	32
39. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE INTERESSE PÚBLICO – LEI 13.303/2016	32

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Prezados (as) Senhores (as),

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, conforme previsto no inciso VII, do artigo 55 do Estatuto Social da EBSERH, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 15 de janeiro de 2024, submete ao exame e deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Com o objetivo de atender o disposto no art. 87 do Estatuto Social da EBSERH, as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Dispõe sobre as sociedades por ações).

É oportuno destacar que a EBSERH tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, ensino-aprendizagem e formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a autonomia universitária.¹

Outrossim, a Empresa tem por competência exercer o disposto no artigo 4º, da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011 (Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências), a saber:

- I - Administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;
- II - Prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;
- III - apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências

médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;

IV - Prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e a outras instituições congêneres;

V - Prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e

VI - Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.

Atendendo aos preceitos legais, foram definidas a Missão e a Visão da EBSERH. A Missão consiste em estabelecer um padrão de referência em serviços médico-hospitalares como parte integrante da rede de atenção hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS), ao mesmo tempo em que se promove o ensino e a formação de profissionais de saúde. Quanto à Visão, almeja-se ser um exemplo de excelência em educação e saúde, com foco na competência, conhecimento, credibilidade, criatividade, ética, inovação, integridade, responsabilidade social e transparência nas relações com os usuários, clientes e parceiros.

Nesse contexto, as Demonstrações Contábeis levam em consideração as características de constituição e funcionamento da EBSERH, além dos atos e fatos que ensejaram os lançamentos por cada unidade hospitalar. Os registros contábeis são de responsabilidade das equipes envolvidas e atuantes em cada local. Portanto, quando necessário, é fundamental analisar as demonstrações em conjunto com outros documentos disponíveis nos diversos setores envolvidos na execução e lançamento dos eventos contabilizados.

¹ Art. 3º, da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

R\$ 1,00

ATIVO	NOTA	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2022
Circulante		1.603.510.024,45	1.980.603.721,73	1.690.017.716,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	898.648.900,44	1.147.824.718,50	1.147.824.718,50
Valores a Curto Prazo	5	10.549.799,18	8.965.001,67	8.965.001,67
Subvenção de Custeio a Receber	6	145.618.429,77	290.586.005,40	-
Adiantamentos e Créditos a Receber	7	142.664.733,56	144.727.860,82	144.727.860,82
Estoques	8	406.028.161,50	388.500.135,34	388.500.135,34
Não Circulante		1.050.919.087,23	842.312.321,31	848.677.488,52
Valores a Longo Prazo	5	8.257.353,57	9.147.438,99	9.147.438,99
Depósitos Judiciais	9	43.521.714,69	29.822.559,25	29.822.559,25
Imobilizado	10	945.817.387,31	741.925.756,98	748.290.924,19
Bens Móveis	10.1	966.534.595,25	786.521.764,10	786.521.764,10
Depreciação Bens Móveis	10.3	(221.148.952,96)	(177.100.098,25)	(177.100.098,25)
Redução a Valor Recup. De Imobilizado	10.3	(10.470.711,36)	(7.241.668,49)	(7.241.668,49)
Bens Imóveis	10.2	221.445.181,03	146.220.362,15	146.220.362,15
Depreciação Bens Imóveis	10.3	(10.542.724,65)	(6.474.602,53)	(109.435,32)
Intangível	11	53.322.631,66	61.416.566,09	61.416.566,09
Direito de uso de Bens	11	36.053.842,42	25.483.770,47	25.483.770,47
Softwares	11	61.482.921,02	58.212.066,44	58.212.066,44
Amortização Bens Intangíveis	11	(41.420.405,52)	(19.624.127,82)	(19.624.127,82)
Redução a Valor Recup. De Intangível	11	(2.793.726,26)	(2.655.143,00)	(2.655.143,00)
TOTAL DO ATIVO		2.654.429.111,68	2.822.916.043,04	2.538.695.204,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

R\$1,00

PASSIVO	NOTA	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2022
Circulante		1.544.894.031,23	1.612.928.249,56	1.612.928.249,56
Obrigações Trabalhistas a Pagar	12	1.036.259.465,45	1.387.474.902,19	1.387.474.902,19
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	13	106.614.068,01	130.073.647,11	130.073.647,11
Retenções de Impostos, Contribuições	14	235.692.640,37	40.156.363,79	40.156.363,79
Obrigações Transitórias a Curto Prazo	15	154.334.418,72	43.601.569,62	43.601.569,62
Arrendamentos CP	16	11.993.438,68	11.621.766,85	11.621.766,85
Não Circulante		1.044.162.250,73	1.202.853.597,86	1.202.853.597,86
Receita Diferida (Subvenções)	17	621.078.893,01	740.227.444,60	740.227.444,60
Arrendamentos LP	16	8.002.670,35	13.862.003,62	13.862.003,62
Contingência para Indenizações Trabalhistas	18	377.817.006,55	400.823.173,84	400.823.173,84
Contingência para Indenizações Cíveis	18	37.263.680,82	47.940.975,80	47.940.975,80
Patrimônio Líquido		65.372.829,72	7.134.195,62	(277.086.642,57)
Capital Social Realizado	19	681.560.045,66	681.560.045,66	681.560.045,66
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	20	460.141.585,55	243.593.865,39	243.593.865,39
Prejuízos Acumulados	21	(1.076.328.801,49)	(918.019.715,43)	(1.202.240.553,62)
TOTAL DO PASSIVO		2.654.429.111,68	2.822.916.043,04	2.538.695.204,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (DR)

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	Nota	01.10.2023 a 31.12.2023	01.01.2023 a 31.12.2023	01.10.2022 a 31.12.2022	(Reapresentação) 01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2022 a 31.12.2022
Receita Bruta	22	79.702.169,80	230.776.423,54	15.834.174,39	94.766.144,40	94.766.144,40
Receita com Serviços		79.702.169,80	230.776.423,54	15.834.174,39	94.766.144,40	94.766.144,40
Receita de Serviços e Exploração		79.702.169,80	230.776.423,54	15.834.174,39	94.766.144,40	94.766.144,40
Deduções da Receita		-	-	-	-	-
Receita Operacional Líquida		79.702.169,80	230.776.423,54	15.834.174,39	94.766.144,40	94.766.144,40
Custo dos Serviços Prestados	23	-	-	-	-	-
Resultado Bruto		79.702.169,80	230.776.423,54	15.834.174,39	94.766.144,40	94.766.144,40
Despesas Operacionais		(2.710.630.637,43)	(10.383.195.835,54)	(3.082.020.572,22)	(9.621.557.721,71)	(9.615.192.554,50)
Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios	24	(1.888.458.853,27)	(7.284.708.427,73)	(2.122.429.245,88)	(6.569.681.260,11)	(6.569.681.260,11)
Remuneração a Pessoal	24.1	(1.235.802.071,71)	(5.098.241.539,67)	(1.458.863.617,51)	(4.506.443.134,48)	(4.506.443.134,48)
Encargos Patronais	24.2	(534.268.291,79)	(1.713.901.492,81)	(577.057.475,72)	(1.664.496.932,20)	(1.664.496.932,20)
Benefícios a Pessoal	24.3	(112.832.020,98)	(454.925.225,35)	(86.039.292,33)	(335.269.612,85)	(335.269.612,85)
Outras Despesas com Pessoal e Encargos	24.4	(5.556.468,79)	(17.640.169,90)	(468.860,32)	(63.471.580,58)	(63.471.580,58)
Despesa com Uso de Bens e Serviços		(781.776.076,55)	(2.967.111.432,16)	(784.168.512,41)	(2.753.305.684,44)	(2.753.305.684,44)
Uso de Material de Consumo	25	(269.543.784,95)	(1.305.572.053,70)	(325.553.054,35)	(1.188.538.446,43)	(1.188.538.446,43)
Serviços Tomados	26	(512.232.291,60)	(1.661.539.378,46)	(458.615.458,06)	(1.564.767.238,01)	(1.564.767.238,01)
Despesa com Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis		696.676,03	(74.794.627,01)	(5.084.787,62)	(74.485.372,74)	(68.120.205,53)
Depreciação, Amortização e Impairment	27	(12.180.552,89)	(73.456.704,64)	(14.691.033,15)	(61.273.533,69)	(54.908.366,48)
Perdas Involuntárias e Desfazimentos	28	12.877.228,92	(1.337.922,37)	9.606.245,53	(13.211.839,05)	(13.211.839,05)
Contingência para Riscos Fiscais		(40.503.690,71)	(54.173.007,39)	(169.942.818,24)	(218.542.968,26)	(218.542.968,26)
Contingência para Riscos Fiscais Trabalhistas		(36.918.355,78)	(48.943.298,53)	(157.755.428,61)	(195.751.058,66)	(195.751.058,66)
Contingência para Riscos Fiscais Cíveis		(3.585.334,93)	(5.229.708,86)	(12.187.389,63)	(22.791.909,60)	(22.791.909,60)
Despesas Tributárias		(248.741,21)	(1.368.601,13)	(179.256,32)	(1.923.671,33)	(1.923.671,33)
Impostos, Taxas e Contribuições	29	(248.741,21)	(1.368.601,13)	(179.256,32)	(1.923.671,33)	(1.923.671,33)
Outras Despesas	30	(339.951,72)	(1.039.740,12)	(215.951,75)	(3.618.764,83)	(3.618.764,83)
Resultado Antes das Rec./Disp. Financeiras		(2.630.928.467,63)	(10.152.419.412,00)	(3.066.186.397,83)	(9.526.791.577,31)	(9.520.426.410,10)
Resultados Financeiros		1.044.337,19	661.008,36	245.434,64	(220.544,06)	(220.544,06)
Receitas Financeiras	31	1.220.171,23	1.458.842,36	327.607,22	2.101.690,87	2.101.690,87
Despesas Financeiras	32	(175.834,04)	(797.834,00)	(82.172,58)	(2.322.234,93)	(2.322.234,93)
Resultado antes da Subvenção do Tesouro Nacional		(2.629.884.130,44)	(10.151.758.403,64)	(3.065.940.963,19)	(9.527.012.121,37)	(9.520.646.954,16)
Subvenção do Tesouro Nacional		2.622.122.555,16	9.993.449.317,58	2.856.885.771,04	9.356.644.049,06	9.066.058.043,66
Subvenção do Tesouro Nacional	33	2.093.764.185,56	8.091.383.626,48	2.402.733.208,40	7.598.133.859,68	7.307.547.854,28
Subvenção de Custeio SUS		528.358.369,60	1.902.065.691,10	454.152.562,64	1.758.510.189,38	1.758.510.189,38
Resultado antes da Cont. Social Sobre o Lucro Líquido	34	(7.761.575,28)	(158.309.086,06)	(209.055.192,15)	(170.368.072,31)	(454.588.910,50)
Provisão Contribuição Social		-	-	-	-	-
Resultado antes do Imposto de Renda		(7.761.575,28)	(158.309.086,06)	(209.055.192,15)	(170.368.072,31)	(454.588.910,50)
Provisão para Imposto de Renda		-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	35	(7.761.575,28)	(158.309.086,06)	(209.055.192,15)	(170.368.072,31)	(454.588.910,50)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	01.01.2023 a 31.12.2023	(Reapresentação) 01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2022 a 31.12.2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado do Exercício	(158.309.086,06)	(170.368.072,31)	(454.588.910,50)
Ajuste de Exercício Anterior	284.220.838,19	-	-
Contingência para Indenizações Trabalhistas	(23.006.167,29)	175.554.421,71	-
Contingência para Indenizações Cíveis	(10.677.294,98)	14.368.658,61	-
Depreciação e Amortização	76.278.421,74	58.501.663,27	52.136.496,06
Redução a Valor Recup. de Intangível	138.583,26	(25.373,41)	(25.373,41)
Redução a Valor Recup. de Imobilizado	3.229.042,87	1.181.652,77	1.181.652,77
Resultado do Exercício Ajustado	171.874.337,73	79.212.950,64	(401.296.135,08)
Variações Patrimoniais			
	(373.601.709,90)	245.107.221,81	651.877.463,81
Subvenção de Custeio SUS a Receber	(145.618.429,77)	(290.586.005,40)	-
Valores a Curto Prazo	(1.584.797,51)	(4.205.654,92)	(4.205.654,92)
Adiantamentos e Créditos a Receber	2.063.127,26	(102.842.550,61)	(102.842.550,61)
Estoques	(17.528.026,16)	26.303.977,90	26.303.977,90
Valores a Longo Prazo	890.085,42	631,60	631,60
Depósitos Judiciais	(13.699.155,44)	(9.808.392,09)	(9.808.392,09)
Obrigações Trabalhistas a Pagar	(351.215.436,74)	653.690.703,36	653.690.703,36
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	(23.459.579,10)	71.594.481,46	71.594.481,46
Retenções de Impostos, Contribuições	195.536.276,58	3.151.102,17	3.151.102,17
Obrigações Transitórias a Curto Prazo	110.732.849,10	(26.485.444,41)	(26.485.444,41)
Subvenção a Realizar	(119.148.551,59)	(149.444.470,97)	(149.444.470,97)
Contingência para Indenizações Trabalhistas	-	-	175.554.421,71
Contingência para Indenizações Cíveis	-	-	14.368.658,61
Direito de Uso Bens (Contrato de Arrendamento)	(10.570.071,95)	73.738.843,72	
Fluxo de Caixa líquido das Atividades Operacionais	(201.727.372,17)	324.320.172,45	250.581.328,73
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Adição de Imobilizado	(255.237.650,03)	(258.563.889,91)	(258.563.889,91)
Adição de Intangível	(3.270.854,58)	(3.577.091,34)	(3.577.091,34)
Direito de Uso Bens (Contrato de Arrendamento)	-	-	73.738.843,72
Fluxo de Caixa líquido das Atividades de Investimentos	(258.508.504,61)	(262.140.981,25)	(188.402.137,53)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	216.547.720,16	228.745.272,02	228.745.272,02
Contratos de Arrendamento	(5.487.661,44)	(28.756.983,66)	(28.756.983,66)
Fluxo de Caixa líquido das Atividades de Financiamentos	211.060.058,72	199.988.288,36	199.988.288,36
Apuração do Fluxo de Caixa do Exercício			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(249.175.818,06)	262.167.479,56	262.167.479,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.147.824.718,50	885.657.238,94	885.657.238,94
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	898.648.900,44	1.147.824.718,50	1.147.824.718,50

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

R\$ 1,00

Descrição	01.01.2023 a 31.12.2023	(Reapresentação) 01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2022 a 31.12.2022
Geração de Valor Adicionado			-
1 - Receitas	230.776.423,54	94.766.144,40	94.766.144,40
1.1 - Atividades Operacionais	230.776.423,54	94.766.144,40	94.766.144,40
1.1.1 - Receita de Serviços e Exploração	230.776.423,54	94.766.144,40	94.766.144,40
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	3.031.408.549,86	2.829.165.701,45	2.829.165.701,45
2.1 - Materiais de Consumo	1.305.572.053,70	1.188.538.446,43	1.188.538.446,43
2.2 - Energia elétrica, Água, Esgoto e Gás	151.709.233,13	146.497.387,12	146.497.387,12
2.3 - Serviços de Terceiros	1.568.897.554,17	1.471.337.958,30	1.471.337.958,30
2.4 - Contingências para Riscos Cíveis	5.229.708,86	22.791.909,60	22.791.909,60
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	(2.800.632.126,32)	(2.734.399.557,05)	(2.734.399.557,05)
4 - Depreciação, Amortização, Impairment e Perdas	74.794.627,01	68.120.205,53	68.120.205,53
4.1 - Depreciação do Exercício	44.048.854,71	48.201.667,23	48.201.667,23
4.2 - Amortização do Exercício	25.847.144,72	5.439.697,66	5.439.697,66
4.3 - Redução a Valor Recuperável - Impairment	3.560.705,21	1.267.001,59	1.267.001,59
4.4 - Perdas Involuntárias e Desfazimentos	1.337.922,37	13.211.839,05	13.211.839,05
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	(2.875.426.753,33)	(2.802.519.762,58)	(2.802.519.762,58)
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	10.096.186.901,06	9.456.974.728,03	9.172.753.889,84
6.1 - Repasses e Cotas Financeiras	9.684.293.375,19	8.979.949.746,72	8.979.949.746,72
6.2 - Receitas Financeiras	1.458.842,36	2.101.690,87	2.101.690,87
6.3 - Outras	410.434.683,51	474.923.290,44	190.702.452,25
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	7.220.760.147,73	6.654.454.965,45	6.370.234.127,26
8 - Distribuição do Valor Adicionado	7.220.760.147,73	6.654.454.965,45	6.370.234.127,26
8.1 - Remuneração do Trabalho	7.336.947.768,16	6.771.069.331,55	6.771.069.331,55
8.1.1 - Pessoal e Diárias	5.284.835.191,13	4.864.813.135,82	4.864.813.135,82
8.1.2 - Encargos	2.052.112.577,03	1.906.256.195,73	1.906.256.195,73
8.2 - Remuneração do Governo	2.166.435,13	4.225.683,87	4.225.683,87
8.2.1 - Impostos, Taxas, Contribuições, Multas e Juros	2.166.435,13	4.225.683,87	4.225.683,87
8.3 - Remuneração do Capital de Terceiros	39.955.030,50	49.528.022,34	49.528.022,34
8.3.1 - Locação	39.955.030,50	49.528.022,34	49.528.022,34
8.4 - Remuneração de Capital Próprio	(158.309.086,06)	(170.368.072,31)	(454.588.910,50)
8.4.1 Resultado do Exercício	(158.309.086,06)	(170.368.072,31)	(454.588.910,50)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	01.01.2023 a 31.12.2023	(Reapresentação) 01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2022 a 31.12.2022
1 Resultado do Exercício	(158.309.086,06)	(170.368.072,31)	(454.588.910,50)
2 Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
2.1 Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
3 Resultado Abrangente do Exercício	(158.309.086,06)	(170.368.072,31)	(454.588.910,50)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

R\$ 1,00

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais (31/12/2021)	562.503.264,72	133.905.374,31	(747.651.643,13)	(51.243.004,10)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	(454.588.910,50)	(454.588.910,50)
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC	-	228.745.272,02	-	228.745.272,02
Compensação do Prejuízo	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Integralização de AFAC ao Capital Social	119.056.780,94	(119.056.780,94)	-	-
Saldos Finais em 31/12/2022	681.560.045,66	243.593.865,39	(1.202.240.553,63)	(277.086.642,58)

(Reapresentação) Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais (31/12/2021)	562.503.264,72	133.905.374,31	(747.651.643,13)	(51.243.004,10)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	(170.368.072,31)	(170.368.072,31)
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC	-	228.745.272,02	-	228.745.272,02
Compensação do Prejuízo	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Integralização de AFAC ao Capital Social	119.056.780,94	(119.056.780,94)	-	-
Saldos Finais em 31/12/2022	681.560.045,66	243.593.865,39	(918.019.715,44)	7.134.195,61

Componentes	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital - AFAC	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais em 31/12/2022	681.560.045,66	243.593.865,39	(918.019.715,44)	7.134.195,61
Resultado Líquido do Exercício	-	-	(158.309.086,06)	(158.309.086,06)
Adiantamento Fut Aume Cap - AFAC	-	216.547.720,16	-	216.547.720,16
Compensação do Prejuízo	-	-	-	-
Integralização de AFAC ao Capital Social	-	-	-	-
Saldos Finais em 31/12/2023	681.560.045,66	460.141.585,55	(1.076.328.801,50)	65.372.829,71

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS (NE)

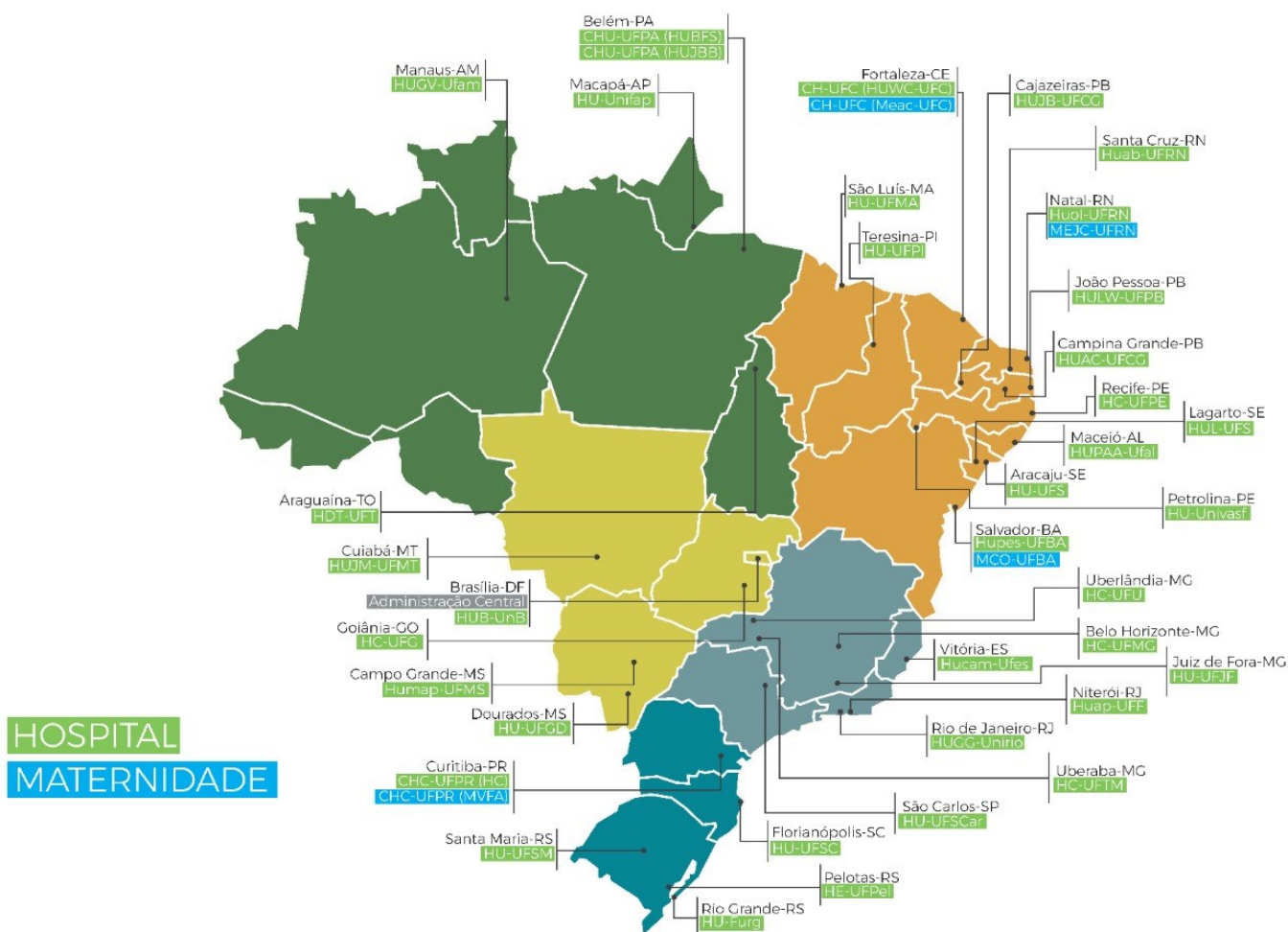
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (“EBSERH” ou “Empresa”) é uma empresa pública de capital fechado, com sede em Brasília, no Distrito Federal - DF, no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Bloco C, 1º ao 3º pavimento, CEP 70308-200. É vinculada ao Ministério da Educação, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e administrada exclusivamente pelo poder público, com capital social subscrito e integralizado 100% pela União.

A EBSERH integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) sujeitando-se, portanto, ao arcabouço legal, sistemas e controles estabelecidos para a Administração Pública Federal. Conforme a legislação nacional em vigor, rege-se pela Lei nº 12.550/2011 e pela Lei nº 6.404/1976, bem como pelo seu Estatuto Social e demais normas vigentes que lhe sejam aplicáveis. Devido à sua natureza como empresa estatal dependente, aplica tanto as normas de direito público, quanto as de direito privado. Portanto, para o registro e avaliação das Demonstrações Contábeis são observadas a legislação societária, a legislação aplicada ao Setor Público, a legislação fiscal de âmbito Federal, Estadual e Municipal, além das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil (RFB) e dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A criação da EBSERH, em 2011, foi uma resposta do Governo Federal às questões e deficiências de gestão identificadas nos Hospitais Universitários Federais, conforme evidenciadas nos acórdãos nº 1.520/2006, 2.813/2009 e 2.681/2011 do Tribunal de Contas da União (TCU). Essas deficiências incluíam a necessidade de substituir contratos de mão de obra preconizados por servidores públicos concursados, melhorias na infraestrutura e tecnologia, desvinculação administrativa das fundações de apoio, implementação de controle de custos, revisão da contratualização de serviços junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) e adoção de soluções informatizadas para auxiliar a gestão.

A assunção da gestão dos Hospitais Universitários Federais com a EBSERH é firmada mediante contratos de gestão firmados com as Universidades Federais às quais essas unidades hospitalares estão vinculadas. Atualmente, a EBSERH administra 41 (quarenta e um) Hospitais Universitários Federais (HUF), ligados a 34 (trinta e quatro) Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), conforme ilustrado no mapa a seguir:



Fonte: <https://www.gov.br/EBSERH/pt-br/hospitais-universitarios/sobre-os-hospitais-universitarios-federais>.

A transição da gestão dos hospitais para a EBSERH é conduzida de acordo com as condições estabelecidas em cada contrato específico. No que concerne à constituição fiscal das unidades filiadas, encontra-se em diferentes estágios de evolução, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Evolução de unidades hospitalares com Execução Orçamentária e Financeira

Assinatura de Contrato de Gestão	Unidade EBSERH com Abertura de CNPJ	Quantidade de Empregados	Exercício Financeiro	Execução Orçamentária e Financeira
41*	39	30.045	2018	18
		32.090	2019	20
		36.732	2020	37
		38.545	2021	38
		39.922	2022	39
		42.885	2023	39

*Foram abertos Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJ) para 41 unidades hospitalares que possuem contratos de gestão com a EBSERH. Em 3 desses casos, as unidades foram agrupadas em Complexos Hospitalares de Saúde, com 2 hospitais em cada complexo. Essa consolidação justifica a redução no número de CNPJ em relação ao total de unidades com contratos. No total, temos 39 CNPJ correspondentes às filiais dos Hospitais Universitários, além do CNPJ matriz.

O processo de transição pelo qual um HUF deve passar ao aderir à gestão EBSERH é estabelecido por meio do contrato de adesão à Rede.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis e as normas internacionais de relatório financeiro IFRS (*International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como com as práticas e normas contábeis adotadas no Brasil.

No contexto brasileiro, as normas contábeis abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, aprovados pelo CFC com efeitos normativos e, no contexto do presente relato, indicados como “Pronunciamento Técnico CPC emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). De outro lado, o termo Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs engloba as Normas Técnicas Gerais (NBC TG, incluídos os Pronunciamentos Técnicos CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

As Demonstrações Contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A EBSERH que, como entidade da Administração Pública Federal Indireta, integra o Balanço Geral da União (BGU) e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), na modalidade total, realizou suas execuções com base no calendário de fechamento do Siafi, nos termos do art. 6º da Lei nº 14.436/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2023), que dispôs, dentre outros, sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento:

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas e das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, de seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi.

Os registros contábeis estão realizados no Siafi e no Sistema Contábil Societário, em consonância com as NBCs.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicações ao contrário.

Base de Preparação – As demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico de aquisição ou construção, a menos que indicado de outra forma, considerando-se o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. No caso de contratos de arrendamento, foi utilizado o valor presente como base de valor, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico relevante (R2-CPC) - Arrendamentos). Os valores foram obtidos a partir dos documentos extraídos do Siafi pelas Unidades Gestoras da EBSERH.

Moeda Funcional – As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa (Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis).

Desempenho Financeiro e Regime de Competência – O regime de competência é aplicado, refletindo os efeitos de transações e outros eventos sobre as reivindicações e recursos econômicos da entidade nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos sejam realizados em períodos diferentes. Isso fornece uma base sólida para avaliar o desempenho passado e futuro da entidade, conforme definido na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2)).

Ativo Circulante – Inclui bens e direitos que a Empresa possui e que são realizáveis até o encerramento do exercício seguinte. Exemplos incluem recursos da conta única aplicados e limite de saque com vinculação de pagamento (caixa disponível), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estoques – Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição ou custo médio (dos dois o menor). O método de avaliação de estoques é o da média ponderada móvel (Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques) com manutenção e controle físico sob responsabilidade de cada unidade da EBSERH em sistema de gestão próprio. Os Relatórios Mensais de Almoxarifado (RMA), emitidos por essas unidades, são registrados no Siafi, e evidenciados nas Demonstrações Contábeis.

Ativo Não Circulante – É composto pelos subgrupos: Valores de Longo Prazo – SUS, Depósitos Judiciais, Bens Móveis, Imóveis e Intangível, reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou produção, deduzido da respectiva depreciação ou amortização, quando aplicável, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Depreciação e Amortização – É calculada no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), seguindo padrões estabelecidos pela STN, utilizando o método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem extrapolar os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 e na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017, conforme tabela abaixo:

TABELA DE VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL			
Conta	Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual 2023 e 2022
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
12311.01.04	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversão	10	10%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.24	Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	10	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	10%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%
12321.08.00	Benfeitorias em propriedades de terceiros	25	-
12321.07.00	Instalações	10	-

Impairment de Ativos Não Financeiros – Conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da EBSERH busca revisar o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Nesse caso, uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior entre: (a) o valor de venda dos ativos, menos os custos estimados para a venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo, unidade geradora de caixa ou mesmo o valor atual de mercado.

Passivo Circulante – Corresponde a obrigações a serem pagas até o encerramento do exercício social seguinte e engloba obrigações com fornecedores, retenções de tributos, obrigações patronais e outras obrigações a pagar assumidas no curso normal das atividades da Empresa, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Passivo Não Circulante – O passivo é classificado como não circulante quando sua exigibilidade é superior, pelo menos, ao fechamento do exercício seguinte, equivalente a doze meses após a data do balanço, como preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Patrimônio Líquido – É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos, conforme estabelecido no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. O capital social está representado pela totalidade de ações pertencentes à União.

Ativos e Passivos Financeiros – Estão registrados a valor presente em razão do regime de competência no reconhecimento das receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, com incerteza de data para

pagamento, estão mensurados a valor presente, visto que são escriturados inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e atualizados mensalmente de acordo com as regras e critérios da consultoria jurídica da Empresa. Não há ativos financeiros para venda.

Tributação – O regime de tributação adotado para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é o Lucro Real (receitas menos despesas), com ajustes previstos em lei.

Demonstração do Fluxo de Caixa – A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é apresentada conforme Pronunciamento Técnico 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), por meio do método indireto. Para melhor qualificação e apresentação, o saldo em 2022 da conta Contratos de Arrendamento a Pagar foi reclassificada do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais para o Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

4. REAPRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES MODIFICADOS

Registra os valores decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil em relação ao exercício anterior, no que se refere ao reconhecimento de receitas pelo regime de competência que vinham sendo registradas pelo regime de caixa, objetivando equalizar com as correspondentes despesas patronais, já reconhecidas por competência.

A intempetividade ocorreu devido à utilização do regime misto de contabilização no Siafi (despesa por competência e receita por caixa), tal qual proposto pela Lei 4.320/64, fazendo com que tenham sido reconhecidas obrigações patronais em dezembro de 2022, sem o reconhecimento da receita, pelos devidos recursos financeiros que só seriam recebidos por meio de cotas do orçamento em janeiro de 2023, quando da realização do pagamento.

Para se adequar à legislação societária, conforme a Lei 6.404/76, e seguir o regime de competência, foi realizado em 2023 um ajuste de exercício anterior, de forma que as receitas e despesas correspondentes estejam reconhecidas no mesmo período de competência. O ajuste teve como objetivo o regime de competência e, ao mesmo tempo, melhor apresentar os resultados contábeis da Entidade, conforme coluna de reapresentação informada nas Demonstrações Contábeis e detalhadas abaixo.

Reapresentação Ativo Circulante – BP

Descrição	Nota	(Reapresentação) 31/12/2022*	Ajuste de Exercícios Anteriores	Publicado em 31/12/2022
Subvenção a Receber	7	290.586.005,40	290.586.005,40	-
Amortização acumulada de Bens Imóveis	11,3	(6.451.271,49)	(6.365.167,21)	(86.104,28)
TOTAL		284.220.838,19	284.220.838,19	(86.104,28)

Reapresentação Patrimônio Líquido – BP

Descrição	Nota	(Reapresentação) 31/12/2022*	Ajuste de Exercícios Anteriores	Publicado em 31/12/2022
Patrimônio Líquido		7.134.195,62		(277.086.642,57)
Prejuízos Acumulados	22	(918.019.715,43)	284.220.838,19	(1.202.240.553,62)

Reapresentação Demonstração do Resultado – DR

Descrição	Nota	(Reapresentação) 31/12/2022*	Ajuste de Exercícios Anteriores	Publicado em 31/12/2022
Depreciação, Amortização e Impairment		(61.273.533,69)	(6.365.167,21)	(54.908.366,48)
Subvenção do Tesouro Nacional		7.598.133.859,68	290.856.005,40	7.307.547.854,28
Demonstração do Resultado		(170.368.072,31)	284.220.838,20	(454.588.910,50)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	31.12.2023	31.12.2022
CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	201.640.411,10	126.635.281,88
Demais Contas – Caixa Econômica Federal	1.576.988,12	1.929.900,98
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	326.358.126,16	366.456.569,40
Limite de Saque com Vinculação Pagamento – Ordem de Pagamento	369.073.375,06	652.742.406,41
Limite de Saque com Vinculação Pagamento – Pagamento Instantâneo	-	60.559,83
TOTAL	898.648.900,44	1.147.824.718,50

Recursos da Conta Única Aplicados – Valores que advêm de receitas próprias e de rendimentos de aplicações. Para utilização, aguarda-se a disponibilização no orçamento anual. Em 2023 houve um recebimento maior de receita própria em virtude da retirada do teto orçamentário para as receitas dessa natureza, por essa razão observa-se a variação entre os períodos.

Demais Contas – Caixa Econômica Federal – Representam recursos de caução contratual depositados por fornecedores de serviços e materiais.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Representa o financeiro disponível para quitação de obrigações legais contraídas. Trata-se de recebimento de recursos financeiros que aguardam o processamento da despesa orçamentária (custeio SUS), para posteriores pagamentos, bem como financeiro de outras fontes para gestão de fluxo de caixa da rede.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – Refere-se a financeiro vinculado a despesa da folha de pessoal e despesas contratuais que sairão da conta única, conforme autorização de pagamento, e posterior transferência para as contas bancárias dos empregados e fornecedores. Em síntese, trata-se de valores comprometidos com pagamentos autorizados, que aguardam a operacionalização bancária do saque para as contas dos credores. A redução relevante tem relação com o pagamento de Acordo Coletivo de Trabalho em 2022, cujo valor destinado correspondeu a 11% (onze por cento) sobre os vencimentos básicos, resultando em um total de R\$ 306 (trezentos e seis) milhões.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Pagamento Instantâneo – Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da subconta única PI (Pagamento Instantâneo) do ente federativo, para atender despesas, utilizando ordens bancárias tipos: OB (Ordem Bancária) de Aporte, OB Desaporte e OBPIX pelos órgãos que pertencem ao OFSS.

Por fim, os quadros que constam das notas a seguir estão, predominantemente, apresentados em R\$ 1,00.

6. VALORES A RECEBER

Valores a Receber de Curto Prazo	31.12.2023	31.12.2022
Faturas e Duplicatas a Receber – Prestação de Serviço	10.549.799,18	8.965.001,67

Valores a Receber de Longo Prazo	31.12.2023	31.12.2022
Faturas e Duplicatas a Receber – Prestação de Serviço	8.257.353,57	9.147.438,99
Total	11.764.374,28	9.147.438,99

Faturas e Duplicatas a Receber – Prestação de Serviço – A EBSERH tem valores a receber da Secretaria de Saúde do município de Belo Horizonte, em curto e em longo prazo, em contrapartida aos serviços de saúde prestados pela filial Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG), no âmbito do SUS.

Não foram apropriadas Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) por não haver vencimentos para os serviços pactuados, por se tratar de uma relação contratual com ente da Administração Pública Direta e, ainda, por não haver subsídios necessários para criação de matriz de risco.

7. SUBVENÇÃO DE CUSTEIO A RECEBER

Os valores de subvenções a receber se referem à previsão orçamentária de contratualizações com o gestor local SUS. Registra-se o montante a receber no início e procede-se a baixa quando do recebimento de repasses financeiro do SUS. Em 2023 o SUS realizou a transferência de todos os valores previstos e faturados para o período. O saldo de R\$ 145.618.429,77 (cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos) refere-se à receita diferida com origem em contribuições previdenciárias (INSS e FGTS patronal), registradas como obrigações a pagar no passivo, conforme o estabelecido pelo regime de competência.

A reapresentação dos saldos de 2022 decorre de efeitos da mudança de critério contábil em relação ao exercício anterior, no que se refere ao reconhecimento de receitas pelo regime de competência que vinham sendo registradas pelo regime de caixa, objetivando equalizar com as correspondentes despesas patronais, já reconhecidas por competência.

A intempetividade ocorreu devido à utilização do regime misto de contabilização no Siafi (despesa por competência e receita por caixa), tal qual proposto pela Lei 4.320/64, fazendo com que tenham sido reconhecidas obrigações patronais em dezembro de 2022, no total de R\$ 290.586.005,40 (duzentos e noventa milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cinco reais e quarenta centavos), sem o reconhecimento da receita, pelos devidos recursos financeiros que só seriam recebidos por meio de cotas em janeiro de 2023, quando da realização do pagamento.

Para se adequar à legislação societária, conforme a Lei 6.404/76, e seguir o regime de competência, foi realizado em 2023 um ajuste de exercício anterior, com reapresentação retrospectiva das Demonstrações Contábeis, ver nota 4, de forma que as receitas e despesas correspondentes estejam reconhecidas no mesmo período de competência. O ajuste teve como objetivo atender ao regime de competência e, ao mesmo tempo, melhor apresentar os resultados contábeis da Entidade, conforme coluna de reapresentação informada nos quadros das Demonstrações Contábeis e nota explicativa 4.

Subvenção de Custeio a Receber	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2022
Subvenção a Receber	145.618.429,77	290.586.005,40	-

8. ADIANTAMENTOS E CRÉDITOS A RECEBER

Adiantamentos e Créditos a Receber de Terceiros	31.12.2023	31.12.2022
13º Salário – Adiantamento	12.147.135,60	3.412.516,37
Salários e Ordenados Pagos Antecipadamente	14.624.500,83	27.684.045,74
Adiantamento Concedido	2.733,24	3.484,78
Aluguéis a Receber	47.688,19	51.999,96
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	112.493.562,34	111.964.275,43
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	62.989,96	17.867,69
Prêmios de Seguros a Apropriar	85.080,91	93.676,98
Créditos a Recuperar Decorrentes de Infrações Contratuais	213.202,41	1.041.628,55
Tributos Pagos a Apropriar	28.395,70	26.462,01
VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	1.019,32	5.577,92
Remuneração da Conta Única a Receber	449.912,82	355.725,20
Créditos a Receber pago em Duplicidade	2.508.512,24	-
Valores a Recuperar por Devolução de Despesa	-	93,51
Títulos a Receber	-	70.506,68
TOTAL	142.664.733,56	144.727.860,82

Décimo Terceiro Salário – Adiantamento – O saldo se refere a adiantamento de 13º salário concedido a empregados públicos cedidos à EBSERH que optaram por receber a parcela concomitantemente ao recebimento de férias, na folha de pagamento de dezembro de 2023.

Salários e Ordenados Pagos Antecipadamente – Registra o adiantamento a pessoal referente à remuneração no período de férias, quando o servidor opta pelo adiantamento do salário.

Adiantamento Concedido – Registra os valores disponibilizados para suprimento de fundos que tem como objetivo custear despesas de pequeno vulto ou eventuais.

Aluguéis a Receber – Valores a receber referente a aluguel de espaço público para exploração de serviço de cantina na unidade da Universidade Federal do Valo do São Francisco (UNIVASF).

Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada – Registra os valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros provenientes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED). Anteriormente, a EBSERH não reconhecia os TED em conta de ativo, mas sim de controle. Por recomendação da Controladoria Geral da União, passou-se a reconhecer os TED com data de vigência em vigor.

UG	Transf.	UG	Gestão	Vigência	Limite	Situação Prazo	Processo	Valor Firmado	A Comprovar
156654	940471	150233	15260	20/11/2024	16/09/2025	Reconhecer Ativo	Sem Informação	51.000.000,00	51.000.000,00
155015	934289	153103	15234	Sem Informação	Sem Informação	Reconhecer Ativo	Sem Informação	144.000,00	84.000,00
155007	1AAFLY	364102	36201	23/09/2026	20/07/2027	Reconhecer Ativo	23477.008697/2020-18	6.162.983,89	5.928.742,57
155007	1AAFXA	364102	36201	30/09/2024	27/07/2025	Reconhecer Ativo	23477.008697/2020-18	4.626.560,00	3.517.460,00
155007	695867	254420	25201	07/11/2023	02/09/2024	Reconhecer Ativo	23477.017050/2018-62	100.000.000,00	25.000.000,00
155007	935982	364102	36201	30/09/2024	27/07/2025	Reconhecer Ativo	Sem Informação	774.900,00	1.544.760,00
TOTAL									87.074.962,57

É relevante notar que existem termos com data de vigência expirada e Relatórios de Cumprimento do Objeto (RCO) reprovados que não foram baixados. Esses termos estão atualmente envolvidos em processos de apuração para determinar a possibilidade de Tomada de Contas Especial (TCE). É importante ressaltar que o processo de baixa de Adiantamento de TED não permite a execução sem a devida comprovação de um RCO aprovado. A seguir apresentamos a relação de TED que se encontram nessa condição:

UG.	Transf.	UG	Gestão	Vigência	Limite	RCO com Prestação de Contas	Processo	Valor Firmado	A Comprovar
155007	676313	153031	15250	31/12/2014	27/10/2015	Não Aprovadas	23000.009154/2013-95	10.500.000,00	10.499.730,13
155007	676697	153031	15250	31/12/2013	27/10/2014	Não Aprovadas	23000.019020/2013-82	382.183,87	298.247,96
155007	677086	150224	15256	31/12/2013	27/10/2014	Não Aprovadas	23000.020653/2013-33	3.000.000,00	3.000.000,00
155007	680273	154716	26230	23/08/2014	19/06/2015	Não Aprovadas	23477.016136/2014-44	6.000.077,90	6.000.077,90
155007	682872	154035	15255	31/01/2015	27/11/2015	Não Aprovadas	23477.035553/2014-96	2.700.000,00	2.700.000,00
155007	683007	152477	15250	31/12/2015	26/10/2016	Não Aprovadas	23477.001378/2015-14	595.511,36	564.599,50
155007	686093	154145	15264	31/05/2016	27/03/2017	Não Aprovadas	23477.004878/2016-99	200.000,00	200.000,00
155007	690361	154035	15255	20/09/2017	17/07/2018	Não Aprovadas	23477.006219/2017-78	355.065,50	344.428,07
155007	691256	150432	15236	17/01/2018	13/11/2018	Não Aprovadas	23477.010449/2017-31	550.631,70	548.790,69
155007	693044	154035	15255	22/04/2018	16/02/2019	Não Aprovadas	23477.012052/2018-65	547.639,33	547.639,33
155007	696026	154035	15255	13/01/2019	09/11/2019	Não Aprovadas	23477.022812/2018-42	600.000,00	600.000,00
155007	698324	150432	15236	23/07/2020	19/05/2021	Não Aprovadas	23477.002767/2019-91	115.470,69	115.086,19
TOTAL									25.418.599,77

Prêmios de Seguros, Assinatura e Anuidades a Apropriar, Tributos Pagos a Apropriar, VPD de Serviços Pagos Antecipadamente e Outras Despesa Pagas Antecipadamente – São valores a apropriar decorrentes de pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços à Empresa ocorrerão em momento posterior.

Créditos a Receber Decorrente de Infração Contratual – Créditos decorrentes de infração contratual relacionados a quebra de contrato por parte dos fornecedores que, por descumprimento de cláusulas, foram autuados e multados. Também se reconhecem as receitas a receber referentes a exploração de espaço público aguardando o recebimento por Guia de Recolhimento da União (GRU) e despesas anuladas que serão restituídas à EBSERH.

Remuneração da Conta Única a Receber – Registra os rendimentos positivos a receber com origem em aplicações de financeiro da conta única.

Créditos a receber por Pagamento em Duplicidade – Registra os créditos a receber decorrentes de pagamento em duplicidade de auxílio alimentação a trabalhadores com duplo vínculo.

Valores a Recuperar por Devolução de Despesa – Registra os valores a receber decorrentes de despesas estornadas.

Títulos a Receber – Compreendem os valores a receber de curto prazo representados por notas promissórias, letras de câmbio e outros. No caso concreto, trata-se de direitos a receber com origem em empréstimos de material de consumo a outras unidades de saúde da região.

9. ESTOQUES

Estoques	31.12.2023	31.12.2022
Mercadorias – Estoque Estratégico	1.020,00	-
Estoque de Mercadoria para Revenda	-	2.377,50
Mercadorias para Doação em Trânsito	51.297,67	298.584,47
Materiais de Consumo em Trânsito	41.393,69	79.044,70
Materiais de Consumo	290.254.590,38	379.398.879,57
Materiais de Consumo Não Localizados	57,70	-
Material de Consumo – Estoque Interno	-	1.192,70
Medicamento – Estoque Interno – Para Distribuição	115.622.594,91	8.720.056,40
Importações em Andamento – Estoque	57.207,15	-
TOTAL	406.028.161,50	388.500.135,34

Mercadorias – Estoque Estratégico – Registra o valor das mercadorias adquiridas para revenda relativas a estoques estratégicos da entidade.

Estoque de Mercadoria para Revenda – Trata-se de material próprio para utilização na unidade. Em 2022 a conta apresentava saldo indevidamente, então, procedeu-se a reclassificação para a rubrica correta.

Material de Consumo em Trânsito e Mercadoria para Doação em Trânsito – Trata-se de transferência de materiais de consumo entre unidades integrantes da administração direta ou indireta (empresa dependente), aguardando os trâmites administrativos de recebimento e classificação na conta específica de material de consumo.

Material de Consumo – Compreende o montante consolidado de estoque de material de almoxarifado de toda rede EBSERH, 39 (trinta e nove) unidades hospitalares, mais a Sede Administrativa, destinado ao atendimento do consumo interno.

Material de Consumo não Localizados – Registra os valores dos materiais de consumo adquiridos e estocados em almoxarifado, não encontrados no processo de inventário. Os valores são mantidos na conta até que seja verificado, em processo específico, a localização do material ou a necessidade de abertura de processo de desfazimento. A orientação é que se resolva a situação em até 12 meses após o inventário.

Material de Consumo – Estoque Interno – Registra o valor de material de consumo reservado em estoque interno para distribuição ou uso na unidade.

Medicamento – Estoque Interno – Para Distribuição – Registra os valores dos medicamentos e outros produtos farmacêuticos, adquiridos ou produzidos pela unidade, destinados a formação de estoque de distribuição para consumo interno ou redistribuição. Compreendem também os valores de estoque assistencial e judicializado de toda a rede EBSERH. São medicamentos oriundos de programas estratégicos do SUS e de ações judiciais, não adquiridos pelos Hospitais ou pela EBSERH, que ficam sob sua guarda até a dispensação ou aplicação aos pacientes. Esses medicamentos eram anteriormente reconhecidos como doação, mas, a partir de 2023, foram reclassificados para esta conta.

Importações em Andamento – Estoque - Refere-se a importações em andamento de bens de estoque.

Apresentamos a seguir o quadro com o detalhamento do estoque de material de consumo:

Material de Consumo - Natureza da Despesa Detalhada	31.12.2023	31.12.2022
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	29.668,37	10.237,35
Combustíveis e Lubrificantes. p/ Outras Finalidades	324.244,61	309.406,24
Gás e Outros Materiais Engarrafados	1.012.622,49	675.916,09
Gêneros de Alimentação	3.459.171,33	2.777.075,04
Material Farmacológico	212.718.775,87	193.148.498,02
Material Odontológico	830.256,25	791.960,65
Material Químico	9.253.123,99	7.500.301,49
Material Educativo e Esportivo	33.070,22	22.015,24
Material p/ Festividades e Homenagens	2.502,58	-
Material de Expediente	3.656.489,68	3.849.526,89
Material de TIC - Material de Consumo	1.411.958,84	1.127.965,20
Material de Acondicionamento E Embalagem	2.938.402,05	3.594.619,65
Material de Cama, Mesa e Banho	721.213,40	1.308.608,28
Material de Copa e Cozinha	1.053.294,84	980.405,63
Material de Limpeza e Prod. De Higienização	2.896.795,27	3.202.254,56
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	1.530.754,84	1.790.955,24
Material p/ Manut.de Bens Imóveis/Instalações	2.643.449,40	2.792.378,44
Material p/ Manutenção de Bens Móveis	5.779.884,86	6.881.808,61
Material Elétrico e Eletrônico	1.955.934,04	2.007.640,29
Material de Proteção e Segurança	3.802.563,63	6.481.194,79
Material p/ Áudio, Vídeo e Foto	427.841,88	488.829,78
Material para Comunicações	21.276,21	17.195,45
Sementes, Mudas De Plantas e Insumos	480,76	540,26
Material p/ Produção Industrial	132,00	-
Material Laboratorial	8.969.730,77	11.284.113,85
Material Hospitalar	125.162.316,33	126.982.446,91
Material p/ Manutenção de Veículos	26.618,87	26.784,19
Material Biológico	177.979,46	143.193,89
Material p/ Utilização em Gráfica	680,00	2.446,11
Ferramentas	28.711,02	41.669,83
Material p/ Reabilitação Profissional	1.869.186,11	4.015.724,63
Material de Sinalização Visual e Outros	133.688,22	107.031,27
Bens Moveis Não Ativáveis	7.951,61	5.311,10
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	778,94	792,56
Outros Materiais De Consumo	13.116.761,23	6.130.095,11
Explosivos e Munições	0,00	1.192,70
Material p/ Manutenção De Bens Móveis	24.959,43	-
Material Hospitalar	4.892,10	-
TOTAL	406.028.161,50	388.500.135,34

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Depósitos Judiciais	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos Efetuados para Interposição de Recurso	43.521.714,69	29.822.559,25

A conta Depósitos Judiciais para Interposição de Recurso refere-se a valores depositados para fins de apresentação de recurso após decisão judicial, cujos processos ainda estão em andamento.

11. IMOBILIZADO

O imobilizado da EBSERH é composto por bens móveis, imóveis e as respectivas depreciações, amortizações e ajustes de recuperabilidade, quando indicado.

11.1 BENS MÓVEIS

O grupo de bens móveis é composto, em maior parte, por equipamentos, utensílios médicos e odontológicos; equipamento de tecnologia da informação e comunicação; aparelhos e utensílios domésticos; e mobiliário em geral.

Bens Móveis	31.12.2023	Entradas	Baixas	31.12.2022
Máquinas e Equipamentos	862.892.099,01	237.407.236,54	83.276.531,27	708.761.393,74
Mobiliário e Utensílios em Geral	83.522.465,59	28.407.940,36	8.065.260,11	63.179.785,34
Veículos	4.351.202,26	1.265.816,77	798.762,69	3.884.148,18
Obras de Arte	1.870,00	-	1.470,00	3.340,00
Diversos	15.766.958,39	128.475.948,00	123.402.086,45	10.693.096,84
TOTAL	966.534.595,25	395.556.941,67	215.544.110,52	786.521.764,10

Bens Móveis	31.12.2022	Entradas	Baixas	31.12.2021
Máquinas e Equipamentos	708.761.393,74	231.390.875,64	59.565.677,74	536.936.195,84
Mobiliário e Utensílios em Geral	63.037.178,60	19.033.274,66	4.934.153,63	48.938.057,57
Veículos	3.884.148,18	337.727,05	243.060,00	3.789.481,13
Obras de Arte	3.340,00	3.040,00	-	300,00
Diversos	10.835.703,58	79.847.548,57	78.754.794,96	9.559.949,97
TOTAL	786.521.764,10	330.612.465,92	143.497.686,33	599.223.984,51

O crescimento demonstra a aplicação constante de recursos, já que há investimento contínuo na capacidade da atividade fim e na modernização da Empresa, observável pela variação positiva no período. Ressalta-se que os valores classificados na coluna de baixa e de entrada são em sua maior parte reclassificação entre contas do imobilizado. A baixa efetiva, realizada em razão de processo de desfazimento registra-se no valor de R\$ 1.337.922,36 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil, novecentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos) no exercício de 2023.

11.2 BENS IMÓVEIS

Bens Imóveis	31.12.2023	Entradas	Baixas	31.12.2022
Obras em Andamento	78.658.853,23	113.577.107,13	96.370.348,34	61.452.094,44
Estudos e Projetos	63.921,40	63.921,40	-	-
Instalações	19.955.974,54	15.369.299,82	5.083.663,74	9.670.338,46
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	122.766.431,86	128.615.523,61	80.947.021,00	75.097.929,25
TOTAL	221.445.181,03	257.625.851,96	182.401.033,08	146.220.362,15

Bens Imóveis	31.12.2022	Entradas	Baixas	31.12.2021
Obras em Andamento	61.452.094,44	75.830.145,38	38.388.174,49	24.010.123,55
Instalações	9.670.338,46	5.938.103,98	3.522.762,38	7.254.996,86
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	75.097.929,25	38.616.203,26	7.207.405,43	43.689.131,42
TOTAL	146.220.362,15	120.384.452,62	49.118.342,30	74.954.251,83

Obras em Andamento – Registra os valores com construções em andamento nos Hospitais Universitários. As baixas referem-se a reclassificações para a conta de Benfeitorias em Propriedade de Terceiros.

Estudos e Projetos – Registra os valores relativos a estudos e projetos, englobando limpeza do terreno, serviços topográficos, sondagens de reconhecimento, terraplenagem, drenagens, instalações provisórias como galpões, instalações elétricas e hidráulicas, utilizadas durante as obras.

Instalações – Registra o custo de implantação de instalações que, não obstante integradas aos edifícios, devem ser segregadas das obras civis.

Benfeitorias em Propriedade de Terceiros – Corresponde a investimento com ampliação ou melhoria de infraestrutura de Unidades Hospitalares. As baixas representam reclassificações para a conta de Obras em Andamento que, quando concluídas, serão reclassificadas para Benfeitorias em Propriedade de Terceiros. Cabe informar que, os imóveis em que as unidades hospitalares estão instaladas são de propriedade das Universidades Federais. Por esta razão, entende-se que o investimento é em propriedade de terceiros, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

11.3 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT DO IMOBILIZADO

Depreciação, amortização Acumulada e Impairment	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2022
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(221.148.952,96)	(177.100.098,25)	(177.100.098,25)
Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Imóveis	(10.542.724,65)	(6.365.167,21)	(109.435,32)
Redução ao Valor Recuperável - Imobilizado	(10.470.711,36)	(7.241.668,49)	(7.241.668,49)
TOTAL	(242.162.388,97)	(190.816.369,27)	(184.451.202,06)

Depreciação e Amortização – A depreciação é calculada pelo método linear, mediante a utilização de vida útil econômica dos bens (vide Nota Explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis). O controle patrimonial e o cálculo da depreciação e da amortização são realizados por meio do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), no módulo Patrimônio, e por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), sob a responsabilidade da Diretoria de Administração e Infraestrutura (DAI).

No exercício, seguindo as diretrizes da Controladoria Geral da União, procedeu-se à amortização de benfeitorias realizadas em imóveis pertencentes a terceiros. Anteriormente, a contabilização desses valores estava impedida por desafios de ordem sistêmica e pela necessidade de uma colaboração

coordenada entre a EBSERH, instituições universitárias e o Ministério da Educação. Nesse contexto, tais melhorias referem-se a investimentos realizados em propriedades universitárias para aprimorar sua infraestrutura e funcionalidade.

A reapresentação refere-se ao processo de reconhecimento da amortização das benfeitorias em imóveis de terceiros, reconhecendo os valores de exercícios anteriores em 2022 e a despesa em conta de ajuste de exercícios anteriores.

Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) – A Redução ao Valor Recuperável compreende a realização de testes de *impairment*, visando à análise da desvalorização econômica, conforme preconizado no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 2023, o processo foi realizado nos termos na Norma Operacional - SEI nº 4/2023/DAI-EBSERH, com efeito contábil de R\$ 3.508.502,77 (três milhões, quinhentos e oito mil, quinhentos e dois reais e setenta e sete centavos) de registros de *impairment* no período.

12. INTANGÍVEL

Intangível	31.12.2023	Entradas	Baixas	31.12.2022
Softwares - Vida Útil Definida	61.120.344,33	5.307.601,09	258.090,00	56.070.833,24
Softwares - Vida Útil Indefinida	361.922,69	373.391,18	2.152.701,69	2.141.233,20
Marcas e Patentes Industriais	654,00	654,00	-	-
Direito de Uso de Bens	36.053.842,42	12.711.112,92	2.141.040,92	25.483.770,47
TOTAL	97.536.763,44	18.392.759,19	4.551.832,61	83.695.836,91

Intangível	31.12.2022	Entradas	Baixas	31.12.2021
Softwares - Vida Útil Definida	56.070.833,24	2.986.771,31	502.125,01	53.586.186,94
Softwares - Vida Útil Indefinida	2.141.233,20	2.281.941,36	1.189.496,32	1.048.788,16
Direito de Uso de Bens	25.483.770,47	-	73.738.843,72	99.222.614,19
TOTAL	83.695.836,91	5.268.712,67	75.430.465,05	153.857.589,29

Amortização e Impairment de Intangível	31.12.2023	31.12.2022
Amortização Acumulada - <i>Software</i>	(26.853.397,02)	(19.624.127,82)
Amortização Acumulada - <i>Direito de Uso</i>	(14.567.008,50)	-
Redução ao Valor Recuperável - <i>Software</i>	(2.793.726,26)	(2.655.143,00)
TOTAL	(44.214.131,78)	(22.279.270,82)

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultantes do desenvolvimento de *software*, de direitos contratuais ou de outros direitos legais; e são demonstrados pelo custo de aquisição, produção ou desenvolvimento de *software*, deduzido da respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

Observa-se que em 2022 o saldo de Amortização Acumulada – Direito de Uso era zero. Justifica-se pela forma de contabilização desses ativos até aquele momento. Registrava-se pelo valor contábil líquido, ou seja, a cada parcela decorrida baixava-se o valor do ativo. A despesa era apurada e registrada pelo pagamento das parcelas. A partir de 2023, registrou-se o saldo bruto de Direito de Uso com Arrendamentos, na data de 01/01/2023, e iniciou-se a apropriação da amortização. Dessa forma, não mais é realizada a baixa do ativo. A despesa por sua vez, é apropriada em contrapartida ao registro da depreciação. Essa foi uma melhoria implantada em 2023.

Softwares – Os *softwares* estão classificados em vida útil definida e vida útil indefinida. A macro função Siafi 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, define a vida útil como sendo “o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo”. Em 2023 os intangíveis com vida útil indeterminada estão sendo reclassificados para vida útil definida, com a devida apropriação das amortizações, o que justifica a variação nos saldos.

Direito de Uso – A conta Direito de Uso, representa os bens móveis e imóveis com origem em contratos de arrendamentos, com vigência acima de 12 meses, registrados nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A amortização acumulada em dezembro corresponde a R\$ 14.567.008,78 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, oito reais e setenta e oito centavos) em 2023.

Os contratos de arrendamento da Ebserh com terceiros não possuem juros explícitos. Os valores das parcelas são atualizados anualmente com base nos índices de inflação pactuados nos contratos, desta forma os valores são apresentados a valor de mercado, na data a apresentação das Demonstrações. Devido às especificidades da execução orçamentária e financeira no setor público, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, incluiu orientações sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciamento de arrendamento no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor público, MCASP, 9ª edição. O prazo para adequações dos sistemas (SIAFI) está previsto para 2027, com obrigatoriedade de registro contábeis em 2028, conforme Portaria STN nº 1.569, de 11/12/2023. A Ebserh, mesmo obrigada a cumprir as especificidades de empresa que realiza a gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos termos dos regimentos do setor público, por ser uma empresa dependente do tesouro nacional, apresentar os Contratos de Arrendamento em seus Demonstrativos Contábeis utilizando a melhor técnica e ferramentas disponíveis.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

O grupo Obrigações Trabalhistas compreende as obrigações com folha de pessoal apropriadas pelo regime de competência, conforme quadro abaixo:

Obrigações Trabalhistas a Pagar	31.12.2023	31.12.2022
Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar	334.909.255,00	622.983.720,57
Férias a Pagar	548.804.674,73	490.288.012,23
Benefícios Assistenciais a Pagar	6.927.105,95	4.804.318,56
FGTS	35.459.965,48	57.294.887,18
INSS - Contribuição Sobre Salários e Remuneração	110.158.464,29	212.103.963,65
TOTAL	1.036.259.465,45	1.387.474.902,19

Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar – Inclui as obrigações com folha de pessoal apropriadas pelo regime de competência. Ressalta-se que o recurso financeiro referente a esta obrigação se encontra assegurado no ativo, na conta Caixa Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento. O pagamento é realizado no primeiro dia útil do mês seguinte. A diferença relevante entre os períodos é decorrente do pagamento na folha de dez de 2022, do retroativo referente a 10 meses de trabalho, do Acordo Coletivo de Trabalho em 2022 em que foi reajustado os valores dos salários em 11%. Esse efeito será notado em todas as rubricas de gestão de folha de pagamento.

Férias a Pagar – São registradas com base em relatórios emitidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), incluindo o proporcional de férias, o abono constitucional de 1/3 (um terço) de férias, os encargos patronais (20% INSS + Riscos Ambientais do Trabalho – RAT ajustado, que é um valor variável) e encargos com o Sistema “S”.

Benefícios Assistenciais a Pagar – Registra as obrigações relativas aos benefícios assistenciais concedidos diretamente ou indiretamente ao empregado, quando obedecidos os critérios estabelecidos para sua concessão no Plano de Benefícios aprovado para a EBSERH e firmado no Acordo Coletivo de Trabalho, liquidados e ainda não pagos. O passivo normalmente é pago no primeiro dia útil do mês seguinte.

Fundo de Garantia do Tempo de serviço – FGTS – Registra os valores relativos a título de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) incidentes sobre salários e remunerações de pessoal. O saldo refere-se à contribuição patronal da competência de dezembro 2023. Normalmente o pagamento é realizado no mês seguinte, observado a data de vencimento do tributo. A variação entre os períodos se deve ao pagamento do Acordo Coletivo de Trabalho em 2022.

Contribuição Previdenciária Sobre Salários e Remuneração – INSS – Refere-se ao patronal e retenções sobre folha a recolher, cuja apuração é realizada com base nas informações do e-Social.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores Nacionais	106.614.068,01	130.073.647,11

Representa o conjunto de obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos, classificado como passivo circulante. São reconhecidos tanto os valores das notas fiscais, quanto dos demais documentos de cobrança correspondentes, que resultarão em futura execução financeira.

15. RETENÇÕES DE IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E OUTRAS RETENÇÕES

Retenções, Impostos, Contribuições e Outras Retenções	31.12.2023	31.12.2022
Retenções Previdenciárias - RGPS	40.689.024,83	37.365.641,74
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	190.511.420,57	106.600,43
Impostos e Contribuições Diversos Devidos	2.848.102,50	1.538.415,12
Imposto Sobre Serviço - ISS	838.622,85	423.757,42
Pensão Alimentícia	786.558,89	703.221,85
Outros Depósitos de Pessoal a Pagar	18.583,41	18.583,41
Depósitos por devolução de Valores	120,78	-
Taxa pela Prestação de Serviços	206,54	143,82
TOTAL	235.692.640,37	40.156.363,79

Retenções Previdenciárias – RGPS – Registra o valor a recolher das retenções dos segurados e de serviços de terceiros na folha de pagamento, a ser recolhido ao fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Os valores serão recolhidos quando da quitação das contribuições previdenciárias, que ocorre até o 20º dia do mês seguinte ao período de apuração.

Imposto de Renda Retido na Fonte Devido ao Tesouro Nacional – Registra os valores a recolher referentes às retenções na fonte do imposto sobre a renda, relativas às importâncias pagas a terceiros ou creditadas a servidores ou empregados, sobre as quais incida o Imposto sobre Renda Retido na Fonte (IRRF), devido ao Tesouro Nacional. Os valores serão recolhidos quando da quitação das contribuições previdenciárias, até o 20º dia do mês seguinte ao período de apuração. A implementação da rotina da declaração e recolhimento do IRRF, por meio do sistema e-Social e DCTFWeb (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos), refletiu na variação a maior devido os valores aguardarem o prazo de fechamento do e-Social para recolhimento via DARF numerado.

Impostos e Contribuições Diversos Devidos – Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela entidade, de impostos e contribuições diversos (IR – Imposto sobre Renda, CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, PIS/PASEP – Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) relativas às importâncias pagas a terceiros, sobre os quais incidam os referidos tributos.

Imposto Sobre Serviço – ISS – Registra os valores do imposto sobre serviços retidos em consignações por força de legislação, circunstância ou acordo entre as partes envolvidas na transação, em situações em que a entidade, como parte contratante, atue como substituta tributária.

Pensão Alimentícia – Representa os valores que a EBSERH retém dos funcionários que são obrigados a pagar pensão alimentícia a dependentes. O montante se torna um passivo, pois gera a obrigação à Empresa em repassar os valores a quem os são de direito.

Outros Depósitos de Pessoal a Pagar – Valores referentes a salários a pagar provenientes de devolução bancária, que ficam em conta de retenção para posterior reapresentação ao banco.

Depósitos por devolução de Valores - registra os depósitos por devolução de valores não reclamados em decorrência de cancelamento de ordem bancária, tais como: pagamento de servidor ativo, inativo, pensionista ou de fornecedores. O valor deverá ficar registrado enquanto não for realizado novo pagamento ou deverá ser classificado como receita após definição da não realização do novo pagamento.

Taxa pela Prestação de Serviços – Registro de valores de curto prazo decorrentes de taxas pela prestação de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição.

16. OBRIGAÇÕES TRANSITÓRIAS

Obrigações Transitórias de Curto Prazo	31.12.2023	31.12.2022
Planos de Previdência e Assistência	189.674,53	260.911,71
Retenções - Empréstimos e Financiamentos	24.504.330,47	18.480.614,48
Depósitos Retidos de Fornecedores	2.651.380,72	3.446.271,40
Depósitos Retidos de Pessoal ou Benefícios a Pagar	1.486.505,40	1.291.910,96
Glosa de Encargos Trabalhistas	187.029,88	432.926,67
Retenções - Entidades Representativas	527.740,53	461.421,09
Indenizações, Restituições e Compensações	110.338,68	376.222,55
Diárias a Pagar	8.018,75	8.282,06
Depósitos e Cauções Recebidos	1.576.988,12	1.929.900,98
Depósitos de Terceiros	-	3.312.728,65
Cartão de Pagamento do Governo - Saque	5.848,24	-
Cartão de Pagamento do Governo - Fatura	2.458,20	1,33
Outros Credores de Curto Prazo	47.488,04	123.727,53
Transferências Financeiras	6.993.482,64	13.227.660,78
Obrigações com Entidades Estaduais	-	160.982,93
Outros Consignatários	135.036,44	88.006,50
Adiantamentos Diversos Recebidos	115.905.087,86	-
Ordens Bancárias Canceladas	3.010,22	-
TOTAL	154.334.418,72	43.601.569,62

Planos de Previdência e Assistência – Representa os valores que os empregados autorizam a EBSERH a reter e repassar a entidades de previdência e assistência complementares.

Retenções – Empréstimos e Financiamentos – Trata-se dos valores retidos em folha em relação a empréstimos consignados dos funcionários. O valor se torna um passivo, pois gera a obrigação da Empresa em repassá-lo a instituições financeiras.

Depósitos Retidos de Fornecedores – Registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos ou retidos de fornecedores em função de aplicação de multas e outras determinações.

Depósitos Retidos de Pessoal ou Benefícios a Pagar – Registra os valores de obrigações exigíveis até o curso do exercício seguinte, decorrentes de depósitos retidos de pessoal ou benefícios a pagar para posterior destinação.

Glosa de Encargos Trabalhistas – Registra o valor glosado das faturas dos prestadores de serviços para garantir o pagamento de férias, 13º salário e multa rescisória, nos casos de dispensa sem justa causa. A base legal é a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 98/2009 e o valor é recolhido em conta vinculada ao respectivo contratante.

Retenções – Entidades Representativas – Registra os descontos efetuados em folha de pagamento de pessoal, para posterior recolhimento, a favor de instituições representativas de classe.

Indenizações, Restituições e Compensações – Registra as obrigações relativas a indenizações, restituições e compensações.

Diárias a Pagar – Valores de diárias a pagar com origem em processos administrativos das unidades gestoras.

Depósitos e Cauções Recebidos – Registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos ou cauções pela entidade, vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas.

Depósitos de Terceiros – A conta possuía um saldo de R\$ 3.312.728,65 (três milhões, trezentos e doze mil reais e setecentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos) referente a arrecadação de GRU glosado de pagamento realizados a terceiros. O saldo foi regularizado pela gestão financeira.

Cartão de Pagamento do Governo – Saque – Registra os valores referentes a despesas com pagamento antecipado, pendentes de saque, com uso do cartão de pagamento do Governo Federal.

Cartão de Pagamento do Governo – Fatura – Registra os valores referentes a despesas com suprimento de fundos, pendentes de pagamento da fatura, com uso do cartão de pagamento do governo federal.

Outros Credores de Curto Prazo – Registra os valores exigíveis de curto prazo, decorrentes de recursos obtidos junto a diversos credores, para os quais não haja contas específicas neste plano de contas.

Transferências Financeiras – Registra a apropriação de passivo decorrente de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), pendente de comprovação em Termo de Cumprimento de Objeto.

Celeb.	Vig.	Situação	Processo	Concedente Número	Concedente Nome	UG Conveniente	Mês Lanç.	Saldo - R\$ Conta Contábil
2020	2020	Adimplente	23525.009944/2020-81	153047	Hospital Universitário C. Antonio Morais/Ufes	155012	dez/23	894.702,50
2020	2022	Adimplente	25000.164497/2020-76	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nac. de Saúde	155015	dez/23	45.733,99
2020	2021	Adimplente	23525.015297/2020-46	153047	Hospital Universitário C. Antonio Morais/Ufes	155012	dez/23	11.967,60
2020	2024	Adimplente	25000.173234/2020-58	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nac. de Saúde	155909	dez/23	3.000.000,00
2014	2018	Adimplente	23096.035140/15-09	158195	Universidade Federal de Campina Grande	155007	dez/23	2.000.000,00
2016	2016	Adimplente	23125.004368/2015-21	154215	Fundação Universidade Federal do Amapá	155007	dez/23	516.338,55
2018	2018	Adimplente	23108.936473/2018-81	154070	Hospital Universitário Júlio Muller da Fufmt	155019	dez/23	26.000,00
2018	2021	Adimplente	25000.074204/2018-45	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nac. de Saúde	155015	dez/23	100.000,00
2018	2018	Adimplente	23108.959722/2018-15	154070	Hospital Universitário Júlio Muller da Fufmt	155019	dez/23	80.000,00
2018	2018	Adimplente	23108.977391/2018-97	154070	Hospital Universitário Júlio Muller da Fufmt	155019	dez/23	100.000,00
2019	2020	Adimplente	23525.017941/2019-87	153047	Hospital Universitário C. Antonio Morais/Ufes	155012	dez/23	218.740,00
TOTAL								6.993.482,64

Obrigações com Entidades Federais, Estaduais ou Municipais – Registra os valores exigíveis de curto prazo, decorrentes de reembolso de despesas de pessoal cedido à EBSERH.

Outros Consignatários – Consignações retidas pela entidade, sujeitas a recolhimentos ou pagamentos aos favorecidos.

Adiantamentos Diversos Recebidos – Registra os valores exigíveis decorrentes de obrigações com terceiros, para os quais não haja contas específicas neste plano. No caso concreto, registra os valores dos estoques de medicamentos assistenciais e judicializados, oriundos de programas estratégicos do SUS e de ações judiciais, não adquiridos pelos Hospitais ou pela EBSERH, que ficam sob sua guarda até a dispensação ou aplicação aos pacientes. Esses medicamentos eram anteriormente reconhecidos como doação, mas a partir de 2023, por instrução da CGU, passaram a ser reconhecidos como Estoques e, em contrapartida, registrou-se o passivo.

Ordens Bancárias Canceladas - São valores de ordens bancárias canceladas pelo ordenador de despesa após remessa de relação ao banco, ou por este na falta de autorização de pagamento pelo ordenador. O valor fica no passivo para que seja regularizado pois a obrigação com o credor ainda persiste.

17. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO A PAGAR

Contratos de Arrendamento	31.12.2023	31.12.2022
Circulante - Curto Prazo	11.993.438,68	11.621.766,85
Não Circulante - Longo Prazo	8.002.670,35	13.862.003,62
TOTAL	19.996.109,03	25.483.770,47

Compreendem as obrigações referentes a arrendamentos mercantis, nos quais não são transferidos ao arrendatário os riscos e benefícios inerentes à propriedade, não havendo a possibilidade de opção de compra do bem arrendado. Compreende a contrapartida do Direito de Uso de Bens Imóveis registrado no intangível.

No arrendamento de curto prazo, a rubrica se refere a obrigações a pagar sobre contratos de locação e aluguel de bens móveis e imóveis, classificados como contratos de arrendamentos no ativo, com base na vigência contratual, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

No arrendamento de longo prazo, o saldo é atualizado conforme relatório de execução de contratos de arrendamento, emitido no sistema Comprasnet e-Contratos e parametrizado pela contabilidade (contratos de longo prazo com valores relevantes), também conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Para mais detalhamento sobre a variação no período, consulte a Nota Explicativa 11 – Intangível.

18. RECEITA DIFERIDA – SUBVENÇÕES

Subvenções a Realizar	31.12.2023	31.12.2022
VPA Diferida	621.078.893,01	740.227.444,60

Representa o diferimento de subvenções de Receitas disponíveis para aplicação de custeio nos Hospitais Universitários sob gestão da EBSERH. Em dezembro de 2023. Compõe do saldo efetivo de R\$ 178.578597,62 (cento e setenta e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos) recebido de transferência do SUS em 2023 e R\$ 150.852.944,85 (cento e cinquenta milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) recebidos de Transferências Financeiras do SUS em exercícios anteriores. Ambos os valores aguardam, em caixa, a execução orçamentária da despesa pública a ser realizadas nos Hospitais Universitários. O saldo de diferimento conta também com valores de estoque de material de consumo a ser utilizados na prestação de serviços, no âmbito do SUS, no valor de R\$ 291.647.350,54 (duzentos e noventa e um milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos).

O registro das subvenções a aplicar busca alcançar um equilíbrio entre os recursos recebidos ou a receber que geraram receita no momento do reconhecimento e serão, obrigatoriamente, aplicados no custeio das atividades dos hospitais da EBSERH, gerando despesas quando de sua aplicação. A base de cálculo para registro e atualização é fornecida pelos Serviços de Gestão Orçamentária e Financeira, de Execução Orçamentária e Financeira e de Planejamento Orçamentário, subordinados à Diretoria de Orçamento e Finanças.

A Subvenção de Custeio SUS a Realizar tem como alicerce o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais e a Nota Técnica SEI nº 21/2019/SC/CCF/DOF-EBSERH, Processo nº 23477.005266/2019-66 (documento SEI nº 1678224).

19. CONTINGÊNCIAS PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

Passivos Contingentes Prováveis	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para Indenização Trabalhista	377.817.006,55	400.823.173,84
Provisão para Indenização Cível	37.263.680,82	47.940.975,80
TOTAL	415.080.687,37	448.764.149,64

Passivos Contingentes Possíveis	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para Indenização Trabalhista	269.297.050,72	277.881.026,79
Provisão para Indenização Cível	90.222.492,08	191.368.424,59
TOTAL	359.519.542,80	469.249.451,38

Passivos Contingentes Remotos	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para Indenização Trabalhista	22.755.839,32	58.977.501,34
Provisão para Indenização Cível	119.595.850,62	57.450.143,56
TOTAL	142.351.689,94	116.427.644,90

O provisionamento do passivo contingente da EBSERH leva em consideração as ações judiciais em curso, de natureza cível ou trabalhista, nas quais a EBSERH figura como parte.

A análise dos processos é realizada pelos advogados da Consultoria Jurídica, com base na Norma de Provisionamento (Ordem de Serviço - SEI nº 6/2021/CONJUR/PRES atualizada pela Norma Operacional - SEI nº 1/2023/CONJUR/PRES-EBSERH), de dezembro de 2021, elaborada com base no Pronunciamento Técnico CPC 25, bem como a NBC TSP 03, que tratam do tema: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Considerando o elevado número de processos judiciais, a Consultoria Jurídica da EBSERH calcula o valor provável de desembolso de forma individualizada, estimando-se o valor provável da condenação (valor provisionado) e adota critérios de massificação da análise em caso específicos que permitem tal metodologia.

O cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor, considerando o que o advogado entende como a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Considerando as conceituações do Apêndice A do Pronunciamento Técnico CPC 25, as demandas são classificadas como “provável”, “possível” ou “remota”, de acordo com o prognóstico de condenação.

No preenchimento das informações, são considerados os valores tidos como “expectativa de condenação”, que representa o valor, em reais, que o advogado da EBSERH estima que será a condenação, ou seja, o efetivo valor econômico envolvido na demanda.

Atualmente, a análise considera também se o direito invocado pelo autor encontra amparo em norma jurídica vigente; se o conjunto probatório dos autos é suficiente para amparar o pedido; se há precedentes jurisprudenciais, permitindo confrontar decisões favoráveis e desfavoráveis; bem como se há questões processuais que podem impedir a análise de mérito do pedido do autor.

Abaixo, apresentamos as ações agrupadas em demandas cíveis e trabalhistas, considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

Ações Trabalhistas

A EBSERH é parte passiva em reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, jornada de trabalho, horas extras, adicional noturno, acordos coletivos, indenizações, benefícios, responsabilidade subsidiária, acidente de trabalho, entre outros. Em 31/12/23, constavam 5.006 (cinco mil e seis) processos trabalhistas provisionados. E em 31/12/22 constavam 5.537 (cinco mil quinhentos e trinta e sete).

Ações Cíveis

A EBSERH figura no polo passivo em ações cíveis que versam sobre sanções administrativas; questões relacionadas à concurso público, como pontuação de provas e títulos em concurso, nomeação e reclassificação; acúmulo de vínculo; erro médico; realização de procedimento e serviços médicos; compra de medicamentos; danos materiais e morais; teto salarial; discussão em relação ao contrato de gestão da EBSERH com a Universidade; residência médica; licitações e contratos; realização de serviço assistencial médico; desvio de função de servidor. Em 31/12/23, constavam 2.168 168 (dois mil cento e sessenta e oito) processos cíveis provisionados. E em 31/12/22 constavam 2.917 (dois mil novecentos e dezessete).

Movimentação das Provisões e Passivos Contingentes para Causas Judiciais:

Natureza	31.12.2023	Adições	Reversão	Baixas	31.12.2022
Trabalhistas	669.869.896,59	167.998.849,52	(233.889.741,08)	(1.920.913,92)	737.681.701,97
Cíveis	247.082.023,52	100.724.768,46	(150.066.855,55)	(335.433,34)	296.759.543,95
TOTAL	916.951.920,11	268.723.618,08	(383.956.596,63)	(2.256.347,26)	1.034.441.245,92

Para fins de registro de “adições”, são considerados tanto o ingresso de novas ações judiciais como a atualização positiva do provisionamento dos processos judiciais já existentes. Portanto, do valor total apontado, tem-se que em média R\$ 134 milhões corresponde ao primeiro grupo e R\$ 33 milhões ao segundo, no âmbito trabalhista; e R\$ 96 milhões correspondem ao primeiro grupo e R\$ 5 milhões ao segundo, no âmbito cível.

As “reversões” correspondem às atualizações negativas dos valores provisionados, seja por causa da análise feita em relação à expectativa de condenação dos processos, seja pela conclusão com desfecho positivo ou encerramento dos autos. Considerando os valores apresentados, válido mencionar que a extração de dados e relatórios é realizada a partir do Software Jurídico contratado pela Ebserh, sendo que, de julho de 2022 a janeiro de 2023, a Consultoria Jurídica passou por duas vezes pela substituição da empresa contratada para tanto. E ainda no primeiro semestre de 2023 foi realizado um esforço adicional das equipes da Consultoria Jurídica, visando sanear os processos e dados migrados entre os sistemas.

Ademais, para fins de registro como “baixa”, foram considerados os valores referentes a pagamentos efetuados, como depósito judicial, depósito recursal e honorários de sucumbência, contra a provisão durante o exercício.

20. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado pelo valor inicialmente subscrito e integralizado por ocasião da constituição da EBSERH, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), mais integralizações de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), e capital exclusivo da União, conforme quadro abaixo:

Capital Social	Exercício	31.12.2023
Capital Social Inicial - Registro Siafi - 2012RA000001	2012	5.000.000,00
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 7050134	2020	376.384.237,75
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 16872481	2021	181.119.026,97
Integralização de AFAC - Ata AGE - SEI 23651206	2022	119.056.780,94
TOTAL		681.560.045,66

O Capital Social da EBSERH no encerramento do período, registrado na Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) e atualizado na Receita Federal do Brasil (RFB), é de R\$ 681.560.045,66 (seiscentos e oitenta e um milhões, quinhentos e sessenta mil, quarenta e cinco reais e sessenta e seis reais). Não houve integralização de capital em 2023.

21. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	31.12.2023	31.12.2022
Saldo Anterior	243.593.865,39	133.905.374,31
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	216.547.720,16	228.745.272,02
Integralização de AFAC ao Capital Social	-	(119.056.780,94)
TOTAL	460.141.585,55	243.593.865,39

Representa o aporte financeiro recebido para fins de investimento que aguarda processo de integralização ao Capital Social. Conforme orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT) e da Coordenação-Geral de Participações Societárias (COPAR) (macro função 021122), todos os aportes orçamentários e financeiros feitos pelo Governo Federal a partir de 2017 destinados a investimentos estão registrados na conta AFAC, no Patrimônio Líquido.

No exercício de 2023 houve o recebimento de R\$ 216 milhões de aporte financeiro a título de AFAC que, somado ao valor não integralizado residual de 2022, totalizou R\$ 460.141.585,55 (quatrocentos e sessenta milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

22. PREJUÍZOS ACUMULADOS

O resultado acumulado é composto pelo somatório das contas Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores, Ajustes de Exercícios Anteriores e Resultado do Exercício, demonstrado a seguir:

Prejuízos Acumulados	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2022
Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(918.019.715,43)	(747.651.643,12)	(747.651.643,12)
Resultado do Exercício	(158.309.086,06)	(170.368.072,31)	(454.588.910,50)
Total	(1.076.328.801,49)	(918.019.715,43)	(1.202.240.553,62)

Ressalta-se que, pelo fato de a EBSERH ser uma empresa pública dependente do governo federal, conforme explicitado nas Notas Explicativas 1 e 35, não há objetivo de auferir lucros. Os constantes resultados negativos, que se repetiram nos exercícios de 2015 a 2019, e de 2021 a 2023, foram ocasionados pelos registros de despesas com base no fato gerador (regime de competência). A situação não se repetiu nos períodos de 2013, 2014 e 2020, apenas por ter havido considerável aporte financeiro.

A reapresentação de saldos de 2022 tem como base o reconhecimento de receitas de subvenções a Receber e apuração de amortização de benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, conforme informado nas notas 7 e 11.3.

22.1 PREJUÍZOS ACUMULADOS DE PERÍODOS ANTERIORES

Representa o somatório de resultados negativos apurados pela Empresa, desde o exercício de 2014. O saldo negativo é reflexo do cumprimento da finalidade da Empresa, conforme a Lei nº 12.550/2011:

Art. 3º A EBSERH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária.

Assim, não existe um olhar crítico para o resultado apresentado, visto que a empresa não tem em sua essência o auferimento de lucros para distribuição de dividendos.

22.2 RESULTADO DO EXERCÍCIO

Representa o confronto entre receitas, despesas, ganhos e perdas em um determinado período. O resultado aponta que as receitas e ganhos foram inferiores às despesas e perdas apropriadas ao período, apurando-se um prejuízo.

Ressalta-se que mesmo quando é apresentado resultado negativo, não há comprometimento das atividades desempenhadas pela entidade já que, sempre que necessário, o Governo Federal realiza aportes financeiros para quitar as obrigações com terceiros e com os colaboradores.

23. RECEITA BRUTA

Receita Bruta	31.12.2023	31.12.2022
Valor Bruto Exploração de Bens, Direitos e Serviço	230.776.423,54	94.766.144,40
TOTAL	230.776.423,54	94.766.144,40

Refere-se à receita gerada pelas atividades realizadas pela entidade. No contexto específico da EBSERH, a Receita Bruta é originada a partir do recebimento de valores provenientes de Receitas de Serviços e Exploração Patrimonial, processados por meio de GRU, bem como da contabilização de valores a receber, os quais são registrados após a prestação de serviços de saúde no âmbito do SUS, juntamente com outros serviços.

Nota-se um relevante aumento da receita em relação ao exercício anterior. Trata-se de receita de serviços hospitalares, denominadas de receita própria com origem em serviços prestados as prefeituras e governos estaduais.

Esse aumento da receita própria tem relação com o advento da Lei Complementar nº 200/2022 (Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), denominada de novo arcabouço fiscal. A lei excluiu do teto de gastos as despesas custeadas com receita própria das universidades públicas federais e empresas públicas prestadoras de serviços para os hospitais universitário federais, conforme previsto no inciso IV do parágrafo 2º do art. 3 da referida lei.

Com esse novo cenário alguns hospitais expandiram a capacidade de prestação de seus serviços além daquele já pactuados com o SUS, aumentando a arrecadação de receita própria.

24. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Devido à natureza da prestação de serviços de saúde, não existe um intervalo de tempo significativo entre a entrega dos cuidados médicos e a elegibilidade para faturamento ao SUS, uma vez que os custos se convertem em despesas instantaneamente. Atualmente, a EBSERH está em fase de análise de um sistema de gestão de custos, visando fornecer informações gerenciais específicas sobre as despesas que possuem uma conexão direta com as receitas provenientes dos contratos do SUS. No momento da publicação das Demonstrações Contábeis a empresa não dispõe de informações de que segregue os custos contábeis das despesas contabilizadas.

25. DESPESA COM PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS

Executada de forma centralizada na Matriz, a despesa de pessoal atende a gestão de pessoas das 39 filiais e da Sede administrativa. A maior parte das despesas da EBSERH é com pessoal, encargos e benefícios a pessoal, que representa 70% de toda a despesa da Empresa.

Nota-se uma elevação das despesas de pessoal em relação ao período anterior. A variação tem como causa o aumento dos números de empregados no período conforme Nota 1, bem como a efetivação do Acordo Coletivo de Trabalho, homologado ao final de 2022 com reajuste de 11% sobre salários e vencimentos, contabilizados a partir de dezembro de 2022.

25.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL

Remuneração a Pessoal	31.12.2023	31.12.2022
Vencimentos E Salários	3.599.019.820,06	3.200.522.487,64
Adicionais	635.156.268,19	552.199.229,57
Gratificações	212.992.701,73	181.788.359,80
Férias	242.753.472,01	176.258.846,48
13. Salário - RGPS	380.565.420,40	337.109.085,33
Sentenças Judiciais - Ativo Civil	27.746.836,57	58.565.125,66
Outras VPD Fixas e Variáveis	7.020,71	-
TOTAL	5.098.241.539,67	4.506.443.134,48

25.2 ENCARGOS PATRONAIS

Encargos Patronais	31.12.2023	31.12.2022
Contribuições Previdenciárias	1.317.011.686,01	1.318.281.863,46
FGTS	396.889.806,80	346.215.068,74
TOTAL	1.713.901.492,81	1.664.496.932,20

25.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL

Em razão do advento da Lei nº 13.303/2016 2016 (Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), da necessidade de esclarecimentos sobre os pagamentos de benefícios de pessoal e de acordo com o art. 22 do Regulamento de Pessoal da EBSERH, entende-se por “benefício” a vantagem *in natura* ou pecuniária, paga diretamente ou indiretamente ao empregado, quando obedecidos os critérios estabelecidos para sua concessão no Plano de Benefícios aprovado para a Empresa e firmado no Acordo Coletivo de Trabalho. Conforme estabelecido em normas internas, os benefícios espontâneos concedidos pela EBSERH são:

Benefícios a Pessoal	31.12.2023	31.12.2022
Auxílio Alimentação	338.211.084,22	241.759.263,53
Auxílio Transporte	8.610.879,72	7.657.564,48
Ajuda de Custo	162.782,97	56.436,57
Assistência à Saúde	67.857.170,67	56.415.183,22
Auxílio Creche	34.922.982,45	27.258.986,04
Auxílio Deficiente - Acordo Coletivo	3.948.685,89	2.122.179,01
Outros Benefícios a Pessoal - RGPS	1.211.639,43	-
TOTAL	454.925.225,35	335.269.612,85

25.4 OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Outras Despesas com Pessoal e Encargos	31.12.2023	31.12.2022
Indenizações e Restituições Trabalhista	16.548.244,71	62.460.295,32
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	1.091.925,19	1.011.285,26
TOTAL	17.640.169,90	63.471.580,58

Indenizações e Restituições Trabalhistas – Evidencia o pagamento de verbas indenizatórias e de rescisão contratual. O período de 2022, coincidiu com a rescisão de contratos de pessoal temporário para atendimento das medidas emergenciais da pandemia da Covid-19, por essa razão observa-se um saldo elevado.

Pessoal Requisitado de Outros Órgãos – Registra a despesa com reembolso de pessoal cedido por outros órgãos ou entes à EBSERH.

26. USO DE MATERIAL DE CONSUMO

Uso de Material de Consumo	31.12.2023	31.12.2022
Consumo de Materiais Estocados	591.451.910,63	570.440.355,35
Consumo de Softwares de Base	49.718,53	51.460,23
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	2.397.242,98	5.675.886,30
Consumo de Gêneros de Alimentação	19.538.583,69	17.163.568,38
Consumo de Material de Processamento de Dados	1.065.897,51	1.376.614,07
Consumo de Material Farmacológico	297.407.562,07	286.807.212,66
Consumo de Material Hospitalar	279.841.537,73	243.199.890,60
Consumo de Material para Produção	-	25,62
Material de Consumo Imediato	40.309.361,99	25.441.719,32
Material de Caráter Secreto ou Reservado	-	21.612,12
Consumo de Material de Uso Duradouro	36.995,60	-
Consumo de Outros Materiais	1.492.776,56	6.553.957,59
Distribuição de Material Gratuito	27.251.705,43	9.887.373,37
Perdas Involuntárias com Estoques	44.600.094,31	21.856.437,50
Perdas Involuntárias com Softwares	128.666,67	62.333,32
TOTAL	1.305.572.053,70	1.188.538.446,43

Consumo de Materiais Estocados, Consumo de Material Farmacológico, Consumo de Material Hospitalar – São os tipos materiais de consumo com maior impacto despesas com insumos, visto que são matérias primas essenciais para a prestação do serviço hospitalar. A conta de Consumo de Materiais Estocados representa os estoques classificados sem o detalhamento por natureza de despesa e contém todos os tipos de despesas de bens de material de consumo do grupo.

Perdas Involuntárias com Estoques – Registra o desfazimento físico involuntário de bens de estoque com perda por validade, por quebra, e outros motivos que impossibilita a utilização do material. Contabiliza-se também como perda involuntária os ajuste de estoque para efetivação de baixa de saldos contábeis com base em processos de não evidenciação em inventário físico de estoque. As perdas registradas por motivo de inventário têm impacto de mais de 50% no saldo total das perdas involuntárias. Essas perdas são registradas pelo valor total de ajustes a menor, sem levar consideração os ajustes a maiores indicados também nos mesmos processos de inventários. Em razão dos dados apresentados a EBSERH colocará em prática ferramentas de gestão de estoque em que será possível registrar as perdas efetivas (considerando os ajustes a maior) com inventário.

27. SERVIÇOS TOMADOS

Compreendem as despesas provenientes da prestação de serviços fornecidos a entidade, como demonstrado a seguir:

Serviços Tomados	31.12.2023	31.12.2022
Diárias, Serviço de Transporte, Passagem e Hospedagem	10.271.704,45	9.498.207,61
Serviços Técnicos, de Apoio Administrativo e Operacional	1.359.006.731,83	1.259.489.634,75
Serviços Educacionais e Culturais	3.629.000,60	3.961.227,84
Sentenças Judiciais - Serviços de Terceiros	3.385.547,40	1.272.363,68
Serviços de Comunicação, gráfico e audiovisual	3.790.174,55	10.322.957,97
Serviço de Água, Esgoto, Energia Elétrica e Gás	151.709.233,13	146.939.941,93
Fornecimento de Alimentação	89.791.956,00	83.754.881,89
Locação e Arrendamento Mercantil	39.955.030,50	49.528.022,34
TOTAL	1.661.539.378,46	1.564.767.238,01

Diárias, Serviço de Transporte, Passagem e Hospedagem – Registra a despesa com utilização de diárias pagas aos servidores, empregados públicos e colaboradores eventuais, despesas com passagem aéreas e terrestres, hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

Serviços Técnicos, de Apoio Administrativo e Operacional – Representa o custeio com a contratação de serviços de terceiros com a finalidade de manutenção da capacidade operacional da EBSERH.

Serviços Educacionais e Culturais – Registra as despesas provenientes da utilização de serviços de conferências, exposições, espetáculos e estágios, incluindo ressarcimento de percentual de mensalidade de cursos de graduação, pós-graduação e língua estrangeira. Registra, também, o auxílio transporte concedido aos estagiários e as despesas com concurso público para recrutar empregados.

Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros – Valores pagos a título de custas processuais.

Serviços de Comunicação, Gráficos e Audiovisuais – Em sua grande parte, despesa com publicação de matéria em Diário Oficial, além de gastos com telefonia.

Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica e Gás – Representa as despesas com os concessionários de serviços de fornecimento de água, tratamento de esgoto, energia elétrica e gás.

Fornecimento de Alimentação – Representa a despesa com a contratação de serviço de fornecimento de alimentação nas unidades que não têm ou não utilizam refeitório próprio.

Locação e Arrendamentos – Registra o impacto da despesa com contratos classificados como aluguel, locação e arrendamento conjugados com serviços. São despesas de locação de bens móveis, tais como equipamentos, máquinas e aparelhos, e bens imóveis no âmbito da EBSERH, na maior parte dos contratos existe prestação de serviços.

28. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E IMPAIRMENT

Depreciação, Amortização e Impairment	31.12.2023	Reapresentação 31.12.2022	31.12.2022
Depreciação de Bens Móveis	44.048.854,71	48.201.667,23	48.201.667,23
Amortização de Intangível	21.669.587,28	5.377.417,06	5.377.417,06
Amortização de Imobilizado	4.177.557,44	6.427.447,81	62.280,60
Redução ao Valor Recuperável	3.560.705,21	1.267.001,59	1.267.001,59
TOTAL	73.456.704,64	61.273.533,69	54.908.366,48

A depreciação e a amortização representam a perda de valor de um imobilizado ou intangível decorrente de seu uso, do desgaste natural ou de sua obsolescência. A variação positiva da depreciação decorre do aumento do patrimônio e, conseqüentemente, do aumento linear do ativo imobilizado e intangível. Vide a Nota Explicativa 11.3 que trata sobre a depreciação e redução ao valor recuperável do imobilizado e a Nota Explicativa 12 para a amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

29. PERDAS INVOLUNTÁRIAS E DESFAZIMENTOS

Perdas Involuntárias e Desfazimentos	31.12.2023	31.12.2022
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	1.337.922,37	13.211.839,05

Registram as perdas e o desfazimento físico involuntário de bens móveis, como os que resultam de sinistros, extravios ou outras formas de perdas, ou regularização devido a registro de entrada de bens em duplicidade. O saldo de 2023 refere-se a processo de desfazimento, no valor de R\$ 1.377.537,20 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte centavos) e processos de apuração de bens não localizados, no valor de R\$ 168.745,35 (cento e sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos).

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Despesas Tributárias	31.12.2023	31.12.2022
Contribuição p/ Serviço Iluminação	427.439,49	428.832,11
Obrigações Patronais s/ Serviços	-	130,00
Imposto s/ Propriedade Predial e Ter. Urbano	270.460,68	261.326,31
Imposto sobre Propriedade de Veículo	22.527,29	9.132,74
Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza	1.466,17	262,22
Imposto Sobre Operações Financeiras	7.896,10	564.374,09
Taxas	636.468,49	657.550,21
Outras Contribuições	2.342,91	2.063,65
TOTAL	1.368.601,13	1.923.671,33

Contribuição Para Serviço de Iluminação Pública – Apropriação de despesa de contribuição de iluminação pública.

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) – Apropriação da despesa de IPTU em imóveis ocupados ou locados pela EBSERH.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) – Apropriação de despesa com IPVA.

Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza (ISS) – Apropriação de despesa com ISS.

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – Pagamento de tributo sobre remessa de recurso ao exterior.

Taxas – Despesa com taxa de limpeza pública, fiscalização e funcionamento, alvarás de funcionamento, fiscalização sanitária, análise de projetos e outras taxas.

Outras Contribuições – Apropriação de despesa com taxas junto a Conselho de Classe e taxa de fiscalização e licenciamento de funcionamento da unidade.

31. OUTRAS DESPESAS

Outras Despesas Operacionais	31.12.2023	31.12.2022
Bolsa de estudos no país	598.220,28	809.274,10
Indenizações	301.225,30	2.725.366,29
Restituições	132.025,78	71.070,82
Contribuições	8.268,76	13.053,62
TOTAL	1.039.740,12	3.618.764,83

Bolsa de Estudos no País e Auxílio a Pesquisadores – Auxílio financeiro a pesquisadores e estudantes para desenvolvimento de projeto nos Hospitais Universitários.

Indenizações – Representam reembolsos a empregados por pagamentos de despesas da EBSERH, ressarcimentos de transporte mobiliário de empregados movimentados por interesse da Empresa e outros ressarcimentos.

Restituições – Compreendem pagamentos de reembolso de despesas e devolução de financeiro a parceiros para execução de termo de cooperação técnica.

Contribuições – Registram o valor utilizado para transferências correntes e de capital aos entes da federação e a entidades privadas sem fins lucrativos, exceto para os serviços essenciais de assistência social, médica e educacional.

32. RECEITAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	31.12.2023	31.12.2022
Outros Juros E Encargos De Mora	8.306,34	3,51
Multas Administrativas	1.450.536,02	2.101.687,36
TOTAL	1.458.842,36	2.101.690,87

A conta Receitas Financeiras é composta principalmente por multas administrativas, que representam a arrecadação de valores relativos à quebra de contrato por parte dos fornecedores de material ou serviço, que por descumprimento de cláusulas contratuais foram autuados e multados.

33. DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	31.12.2023	31.12.2022
Multas	704.628,82	2.253.191,82
Juros	73.050,34	43.634,95
Encargo Financeiros	20.154,84	25.408,16
TOTAL	797.834,00	2.322.234,93

Multas e Juros – Apresentam os pagamentos de multas e juros relacionados aos atrasos no recolhimento de tributos retidos e multas administrativas originárias de autuação dos órgãos de fiscalização e controle, em especial o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE). Registra também as despesas com multas administrativas por descumprimento de obrigação com fornecedores. Em 2022 há um saldo maior, pois a EBSERH incorreu em multa sobre obrigações legais do e-Social.

Encargos Financeiros – Referem-se a descontos financeiros concedidos em recebimentos de Guia de Recolhimento da União (GRU).

34. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

Receita de Subvenções	31.12.2023	Reapresentação 31.12.2022	31.12.2022
Subvenção do Tesouro Nacional	8.091.383.626,48	7.598.133.858,68	7.307.547.854,28
Subvenção de Custeio SUS	1.902.065.691,10	1.758.510.189,38	1.758.510.189,38
TOTAL	9.993.449.317,58	9.356.644.048,06	9.066.058.043,66

A EBSERH recebeu o montante de R\$ 9,993 bilhões a título de Subvenções, que representa 98% (noventa e oito por cento) dos recursos totais recebidos.

As receitas advindas das Subvenções Governamentais, registradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), são oriundas da política pública do Ministério da Educação (MEC) e da União, além de outros entes governamentais, para manutenção e desenvolvimento dos Hospitais Universitários Federais sob gestão da EBSERH. As Subvenções têm como objetivo principal cobrir os gastos com despesa de pessoal, encargos patronais e benefícios pagos a empregados. As Subvenções SUS são recursos recebidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) para subvencionar os serviços prestados à sociedade no âmbito do SUS. Para mais informações, vide Nota Explicativa 18.

A reapresentação das Subvenções governamentais decorre da necessidade de reconhecimento de Subvenção de Custeio a Receber conforme explicitado nas notas explicativas 4 e 7.

35. RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA

Não há apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto Sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) em razão de não apresentar lucro tributável.

36. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado evidencia o que é apurado pelo confronto entre receitas e despesas no exercício, refletido no Resultado do Exercício. O Resultado é o somatório das Receitas de Serviços e Exploração de Patrimônio, Aplicações Financeiras, Subvenções Oriundas do Orçamento Geral da União e Subvenções do FNS, deduzindo-se as Despesas Operacionais, tais como Pessoal, Diárias, Assessoria, Aluguéis, Serviços de Terceiros, Despesas Patrimoniais, Provisões de Pessoal, Passivos etc.

O prejuízo de R\$ 158.309.086,96 (cento e cinquenta e oito milhões, trezentos e nove mil, oitenta e seis reais e noventa e seis centavos) apurado no exercício ressalta o caráter de empresa pública dependente da EBSERH, destacando sua característica assistencial, sem objetivo de obtenção de lucro. Em caso de apuração de resultado positivo tributável, a EBSERH poderá incorrer no pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, com conseqüente retirada de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, que já é deficitário.

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em atendimento aos normativos legais, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da EBSERH, que são conceituadas conforme o item 9 do Pronunciamento Técnico CPC 5 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas:

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis (neste Pronunciamento Técnico, tratada como “entidade que reporta a informação”).

- (a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:
- (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
 - (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
 - (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação. [...]

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

37.1 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A seguir, apresenta-se um detalhamento com totalizadores (em milhões) contendo os valores de recursos recebido de partes relacionadas da EBSERH com órgãos superiores em dezembro de 2023, executados pela Gestão EBSERH, com finalidades de manutenção dos serviços hospitalares (despesa com pessoal, material de consumo e serviços) e investimento na capacidade operacional (aquisição de equipamentos e investimento em imóveis hospitalares).

Parte Relacionada (em milhões)	2023	2022	Relacionamento
MEC	12.102,90	10.732,94	Influência Significativa na EBSERH
MS	1.917,00	1.708,98	
Total (em milhões)	14.036,78	12.441,93	

Fonte: SIAFI-Despesa liquidada

Esses números desempenham um papel crucial na orientação das políticas financeiras e operacionais da entidade, uma vez que influenciam a seleção de membros para compor o conselho de administração da organização.

A EBSERH realiza contratos de gestão com as Universidades Federais, tais quais os apresentados no quadro a seguir. A finalidade é a administração dos Hospitais Universitários, compreendendo a oferta, à população, de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, na forma e condições definidas em contrato e na Lei nº 12.550/2011, vedado o atendimento de pacientes de convênios e particulares.

Região	HUF	SIGLA	UG
Centro-Oeste	Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Goiás	HC-UFG	155904
	Hospital Universitário de Brasília, da Universidade de Brasília	HUB-UnB	155009
	Hospital Universitário Júlio Muller, da Universidade Federal do Mato Grosso	HUJM-UFMT	155019
	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	HUMAP-UFMS	155124
Nordeste	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Grande Dourados	HU-UGFD	155016
	Complexo Hospitalar, constituído pelo Hospital Universitário Walter Cândido (UHUWC) e pela Maternidade Escola Assis Chateaubriand (Meac), da Universidade Federal do Ceará	CH-UFC	155020
	Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Pernambuco	HC-UFPE	155022
	Hospital Universitário Ana Bezerra, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	HUAB-UFRN	155014
	Hospital Universitário Alcides Carneiro, da Universidade Federal de Campina Grande	HUAC-UFCG	155914
	Hospital Universitário Júlio Bandeira, da Universidade Federal de Campina Grande	HUJB-UFCG	155912
	Hospital Universitário de Lagarto, da Universidade Federal de Sergipe	HUL-UFS	155910
	Hospital Universitário Lauro Wanderley, da Universidade Federal da Paraíba	HULW-UFPB	155023
	Hospital Universitário Onofre Lopes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	HUOL-UFRN	155013
	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, da Universidade Federal de Alagoas	HUPAA-UFAL	155126
	Hospital Universitário Professor Edgard Santos, da Universidade Federal da Bahia	HUPES-UFBA	155907
	Hospital Universitário, da Universidade Federal do Maranhão	HU-UFMA	155010
	Hospital Universitário do Piauí, da Universidade Federal do Piauí	HU-UFPI	155008
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Sergipe	HU-UFS	155017
	Norte	Hospital de Ensino Doutor Washington Antônio de Barros, da Universidade Federal do Vale do São Francisco	HU-UNIVASF
Maternidade Climério de Oliveira, da Universidade Federal da Bahia		MCO-UFBA	155906
Maternidade Escola Januário Cicco, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte		MEJC-UFRN	155015
Complexo Hospitalar Universitário, constituído pelo Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB) e pelo Hospital Universitário Bettina Ferro de Sousa (HUBFS), da Universidade Federal do Pará		CHU-UFPA	155909
Hospital de Doenças Tropicais, da Universidade Federal do Tocantins		HDT-UFT	155905
Sudeste	Hospital Universitário, da Universidade Federal do Amapá	HU- UNIFAP	156956
	Hospital Universitário Getúlio Vargas, da Universidade Federal do Amazonas	HUGV-Ufam	155018
	Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Minas Gerais	HC-UFMG	155021
	Hospital de Clínicas, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	HC-UFTM	155011
	Hospital de Clínicas de Uberlândia, da Universidade Federal de Uberlândia	HC-UFU	156654
	Hospital Universitário Antônio Pedro, da Universidade Federal Fluminense	HUAP-UFF	155915
	Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes, da Universidade Federal do Espírito Santo	HUCAM-UFES	155012
	Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	HUGG-UNIRIO	155911
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Juiz de Fora	HU-UFJF	155903
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de São Carlos	HU-UFSCar	155900
Sul	Complexo do Hospital de Clínicas, constituído pelo Hospital de Clínicas (HC) e pela Maternidade Vítor Ferreira do Amaral (MVFA), da Universidade Federal do Paraná	CHC-UFPR	155902
	Hospital Escola, da Universidade Federal de Pelotas	HE-UFPEl	155901
	Hospital Universitário Doutor Miguel Riet Corrêa Júnior, da Universidade Federal do Rio Grande	HU-FURG	155908
	Hospital Universitário de Santa Maria, da Universidade Federal de Santa Maria	HUSM-UFSM	155125
	Hospital Universitário, da Universidade Federal de Santa Catarina	HU-UFSC	155913

37.2 PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração - CA, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria - COAUD, da Diretoria Executiva - DIREX e, ainda, Coordenadores e Chefes de Serviço na Sede, Superintendentes, Gerentes, Chefes de Divisão e Chefes de Setor nas filiais. As remunerações aprovadas para esses administradores e por serviços nas respectivas áreas de competência são evidenciadas abaixo:

Remuneração e Pagamentos a Pessoal-Chave	Dez-23	Dez-22
Benefícios de Curto Prazo	219.918.051,11	137.876.412,55
Honorários e Encargos Sociais	219.918.051,11	137.876.412,55
Conselho de Administração	208.594,84	221.664,69
Conselho Fiscal	99.733,72	73.159,72
Comitê de Auditoria	98.269,06	73.439,73
Diretoria Executiva	2.048.660,30	2.897.988,87
Coordenadores	4.465.836,94	3.434.420,42
Chefes de Serviço	12.879.364,50	9.856.539,19
Superintendentes	9.113.917,38	7.522.760,82
Gerentes	25.458.172,75	19.169.116,22
Chefes de Divisão	48.473.979,26	33.332.466,62
Chefes de Setor	102.200.622,50	51.544.676,32
Assessor	3.487.413,47	1.921.498,52
Auditor	7.428.901,55	6.469.364,57
Ouvidor	3.954.584,84	1.359.316,86
TOTAL	219.918.051,11	137.876.412,55

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/Ebserh

37.3 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As remunerações pagas aos funcionários e à Administração da EBSERH estão apresentadas a seguir:

Administradores	Dez/23	Dez/22
Maior	29.379,95	29.379,95
Menor	3.208,22	1.455,72
Média	15.634,64	13.085,38

Empregados	Dez/23	Dez/22
Maior	42.532,18	47.472,89
Menor	2.965,92	2.965,92
Média	10.281,81	9.044,26

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/Ebserh

37.4 PLANOS DE BENEFÍCIOS PARA EMPREGADOS

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União nº 30 (CGPAR/ME), datada de 4 de agosto de 2022, e pela Lei nº 13.303, promulgada em 30 de junho de 2016, apresentam-se a seguir informações relacionados à administração de benefícios para empregados:

Empregados - Benefícios Oferecidos (Valor Médio Global)	Dez/23	Dez/22
Assistência médica e odontológica	309,13	317,10
Auxílios alimentação e refeição	660,09	621,75
Auxílio creche	213,96	232,06
Auxílio transporte	508,94	246,50
Outros benefícios - auxílio deficiência	277,50	268,48

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/Ebserh

Os quadros apresentados nas Notas 36.2, 36.3 e 36.4 estão com preenchimento incompleto a devido a falta de fornecimento das informações em tempo hábil, pela área gestora. As informações serão divulgadas nas Demonstrações Contábeis aprovadas nos órgãos estatutários e posteriormente publicadas no sítio eletrônico da Empresa, disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/aceso-a-informacao/receitas-e-despesas/demonstracoes-financeiras>.

38. CONCILIAÇÃO CONFORME ACÓRDÃO Nº 2016/2006 – TCU

Em atenção ao Acórdão nº 2016, de 2006, do Tribunal de Contas da União (TCU), as estatais dependentes divulgam a conciliação entre as Demonstrações Contábeis apresentadas de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e aquelas promovidas conforme a Lei nº 4.320/1964, a saber:

Conciliação entre Lei nº 6.404/76 e Lei nº 4.320/64 extraída do SIAFI

Lei nº 6.404/76 - BP			Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças Apuradas entre as Legislações	
ATIVO	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022
Circulante	1.603.510.024,45	1.980.603.721,73	1.603.510.024,45	1.690.017.716,33	-	290.586.005,40
Não Circulante	1.050.919.087,23	848.677.488,52	1.050.919.087,23	859.224.661,04	-	(10.547.172,52)
TOTAL DO ATIVO	2.654.429.111,68	2.829.281.210,25	2.654.429.111,68	2.549.242.377,37	-	280.038.832,88

Lei nº 6.404/76 - BP			Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças Apuradas entre as Legislações	
PASSIVO	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022
Circulante	1.544.894.031,23	1.612.928.249,56	1.544.894.031,23	1.612.928.249,56	-	-
Não Circulante	1.044.162.250,73	1.202.853.597,86	1.044.162.250,73	1.202.853.597,86	-	-
Patrimônio Líquido	65.372.829,72	7.134.195,62	65.372.829,72	(266.539.470,05)	-	273.673.665,67
TOTAL DO PASSIVO	2.654.429.111,68	2.822.916.043,04	2.654.429.111,68	2.549.242.377,37	-	273.673.665,67

Lei nº 6.404/76 - BP			Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças Apuradas entre as Legislações	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022
Capital Social	681.560.045,66	681.560.045,66	681.560.045,66	681.560.045,66	-	-
AFAC	460.141.585,55	243.593.865,39	460.141.585,55	243.593.865,39	-	-
Prejuízos Acumulados	(1.076.328.801,49)	(918.019.715,43)	(1.076.328.801,49)	(1.191.693.381,10)	-	273.673.665,67
TOTAL DO PL	65.372.829,72	7.134.195,62	65.372.829,72	(266.539.470,05)	-	273.673.665,67

38.1 CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS AS DIFERENÇAS APURADAS ENTRE SIAFI E SOCIETÁRIO – REAPRESENTAÇÃO 2022

A conciliação reflete o impacto do reconhecimento exclusivamente no SIAFI ou no sistema contábil societário, devido a limitações sistêmicas e aspectos técnico-contábeis.

38.2 SUBVENÇÃO A RECEBER

Registra os valores decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil em relação ao exercício anterior, no que se refere ao reconhecimento de receitas pelo regime de competência que vinham sendo registradas pelo regime de caixa, objetivando equalizar com as correspondentes despesas patronais, já reconhecidas por competência.

A intempetividade ocorreu devido à utilização do regime misto de contabilização no SIAFI (despesa por competência e receita por caixa), tal qual proposto pela Lei 4.320/64, fazendo com que tenham sido reconhecidas obrigações patronais em dezembro de 2022, no total de R\$ 290.586.005,40 (duzentos e noventa milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cinco reais e quarenta centavos), sem o reconhecimento da receita, pelos devidos recursos financeiros que só seriam recebidos por meio de cotas em janeiro de 2023, quando da realização do pagamento.

Para se adequar à legislação societária, conforme a Lei 6.404/76, e seguir o regime de competência, foi realizado em 2023 um ajuste de exercício anterior, de forma que as receitas e despesas correspondentes estejam reconhecidas no mesmo período de competência. O ajuste teve como objetivo o regime de competência e, ao mesmo tempo, melhor apresentar os resultados contábeis da Entidade, conforme coluna de reapresentação informada nos quadros das Demonstrações Contábeis.

Conta Contábil	Ativo Circulante	(Reapresentação) 31.12.2022	
1.1.2.2.1.01.06	Subvenção a Receber	290.586.005,40	Reapresentação dos saldos de 2022 com registro em 2023

38.3 BENS NÃO LOCALIZADOS

Deduziu-se do ativo o valor dos bens não localizados em processos de inventário físico. Entende-se que o imobilizado perde os requisitos para reconhecimento quando não se tem a evidência física e o controle do bem.

Conta Contábil	Ativo Circulante	31.12.2022	
1.2.3.1.1.99.07	Bens não localizados	10.547.172,52	Registro de Baixa nas Demonstrações Societária

38.4 PREJUÍZOS ACUMULADOS

Esta conta representa os prejuízos dos resultados de exercícios apurados desde a constituição da Empresa. A diferença de R\$ 273.673.665,67 (duzentos e setenta e três milhões, seiscentos e setenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos) entre os demonstrativos SIAFI e os Demonstrativos Societários está detalhado nas conciliações das Demonstrações Contábeis dos anos anteriores.

Conta Contábil	Prejuízos Acumulados	(Reapresentação) 31.12.2022
2.3.7.2.2.03.00	Ajuste de Exercício Anterior	290.586.005,40
3.6.3.1.1.01.00	Perdas Involuntárias de Bens Móveis	(10.547.172,52)
1.2.3.8.1.06.00	Amortização Acumulada de Bens Imóveis	(6.365.167,21)
TOTAL		273.673.665,67

A conciliação entre as Demonstrações Contábeis Societária e as apresentadas no SAIFI diferem-se devido aos reflexos das movimentações dos bens não localizados, registrados no SIAFI no valor de R\$ 10.547.172,52 (dez milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos); ao reconhecimento Subvenções a Receber registradas em 2023, com contrapartida a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, no valor de R\$ 290.586.005,40 (duzentos e noventa milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cinco reais e quarenta centavos) e ao reconhecimento de despesa com Amortização de bens Imóveis, reconhecida em 2023, com contra partida em ajuste de exercício anterior, no valor de R\$ 6.365.167,21 (seis milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e sete reais e vinte e um centavos). Os registros têm como base processos administrativos e controles internos validados pelas áreas gestoras e instâncias de controles internos.

Os registros com impacto em ajuste de Exercício anterior resultaram na reapresentação dos saldos de 2022, conforme verifica-se nos quadros das Demonstrações Contábeis e nota explicativa de Reapresentação, NE nº 4.

É importante ressaltar que os registros feitos no sistema societário têm como principal objetivo a apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com o princípio da essência sobre a forma. Isso garante que as informações retratem de forma precisa e fiel tanto o desempenho da Empresa quanto a sua estrutura patrimonial, oferecendo uma visão completa e confiável às partes interessadas.

39. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE INTERESSE PÚBLICO – LEI 13.303/2016

Em atendimento às disposições contidas no estatuto jurídico da empresa pública, bem como ao contido no artigo 5º do Estatuto Social da EBSERH, ressaltamos que todos os investimentos da empresa são orientados ao interesse público, em estrita observância ao cumprimento de sua finalidade legal, estabelecida no artigo 3º da Lei 12.550/2011 (Autoriza a criação da EBSERH), transcrito abaixo:

Art. 3º A **EBSERH** terá por **finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade**, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária. (grifo nosso)

Diante disso, embora a EBSERH tenha sido criada sob a categoria de empresa pública e constituída sob a égide do direito privado, a forma de entrega de serviços públicos à sociedade é feita de forma direta, o que a caracteriza como prestadora de serviços públicos, em estrita conformidade ao estabelecido no artigo 175 da Constituição Federal, conforme abaixo:

Art. 175. **Incumbe ao Poder Público**, na forma da lei, **diretamente** ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, **a prestação de serviços públicos**. (grifo nosso)

Portanto, todas as obrigações ou responsabilidades assumidas pela EBSERH são norteadas por orientação da União, visando ao interesse público.

ARTHUR CHIORO
Presidente

MÁRCIA BORGES DA FONSÊCA
Diretora de Orçamento e Finanças

WASLEI JOSÉ DA SILVA
Coordenador de Contabilidade

ALEX RODRIGUES BATISTA
Chefe de Serviço de Contabilidade
Contador CRC/DF 024898/O

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
SCS Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 1º ao 3º andares -
Bairro Asa Sul
Brasília-DF, CEP 70308-200
(61) 3255-8900 - <http://www.ebserh.gov.br>

Nota Técnica - SEI nº 25/2024/AUDIN-EBSERH

Processo nº 23477.004591/2024-79

INTERESSADO: DOF - Diretoria de Orçamento e Finanças, Conselho Fiscal

CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO 4º TRIMESTRE DE 2023

1. NOTA TÉCNICA Nº 25-2024/AUDIN-EBSERH

DATA: 23/02/2024.

UNIDADE AVALIADA: Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF

CIDADE: Brasília

UF: DF

2. INTRODUÇÃO:

A auditoria teve como objeto as demonstrações contábeis da Ebserh, elaboradas de acordo com a legislação vigente. Importante destacar que a Ebserh por ser uma empresa pública dependente está obrigada a elaborar e publicar as demonstrações contábeis de acordo com as regras da contabilidade societária, a Lei nº 6.404/1976 e as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC aplicadas a contabilidade societária, sendo esses demonstrativos objeto de avaliação e aprovação da Assembleia Geral da Empresa. Ademais, além da contabilidade societária, a Ebserh está obrigada a operar o Siafi na modalidade total, devendo por consequência, seguir as normas da contabilidade pública, Lei nº 4.320/1964 e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público NBC-TSP.

Cabe à Auditoria Interna emitir uma opinião técnica conforme Art. 107 inciso V do Estatuto Social da Ebserh:

“Art. 107. À Auditoria Interna compete:

(...)

V - aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.”

3. INFORMAÇÕES:

3.1 Informações Gerais

Foram encaminhados para apreciação desta Auditoria Interna o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado (DR), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas relativas às demonstrações contábeis consolidadas do quarto trimestre de 2023 da Ebserh.

Para as demonstrações contábeis apresentadas com base na contabilidade societária, os exames foram realizados pelo confronto dos saldos das demonstrações contábeis, elaboradas com base na Lei nº 6.404/76, com os saldos dos demonstrativos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi 2023), bem como os saldos do Siafi com os controles internos. A análise limita-se unicamente aos documentos apresentados.

Para contabilidade pública, os exames foram executados a partir de consultas ao Tesouro Gerencial observando de forma amostral os registros que apresentem indícios de que possam impactar o Balanço Orçamentário (BO) ou o Balanço Financeiro (BF), bem como os procedimentos necessários para o encerramento do exercício de 2023.

Os saldos apresentados nas demonstrações contábeis referem-se a Sede e aos hospitais universitários filiais Ebserh que passaram a ter execução total por meio do Siafi.

3.2 Metodologia aplicada:

Considerando o universo de contas que são passíveis de serem auditadas, no planejamento da auditoria contábil de 2023 foi elaborada a matriz de riscos com base no Manual de Auditoria Financeira do Tribunal de Contas da União, onde foram atribuídos critérios de avaliação da probabilidade e impacto para cada conta do balanço patrimonial societário.

No exercício de 2023, foram analisadas as seguintes contas contábeis:

1º Trimestre de 2023:

1. Depósitos Judiciais Efetuado (Ativo)
2. Valores Longo Prazo SUS (Ativo)
3. Receita Diferida (Passivo)
4. Contratos de Arrendamento a Pagar (Passivo)
5. Despesas - Multas, juros e encargos de mora
6. Despesa - Serviços Assistenciais - PJ
7. Receita - Demais transferências recebidas

8. Receita - Remuneração de Aplicações Financeira

2º Trimestre de 2023:

1. Bens Imóveis (Ativo)
2. Amortização de Intangíveis (Ativo)
3. Férias a pagar (Passivo)
4. AFAC (Passivo)
5. Despesas – Contribuição P/ Serviço de Iluminação
6. Despesa - Outras contribuições

3º Trimestre de 2023:

1. Estoque (Ativo)
2. Bens móveis (Ativo)
3. Contingência Indenizações Trabalhistas (Passivo)
4. Contingência Indenizações Cíveis (Passivo)
5. Bolsa de Estudos no País (Despesa)
6. Indenizações (Despesa)

Para o 4º trimestre de 2023, da matriz de risco foram selecionadas duas contas de ativo e duas contas de passivo para serem auditadas. Além disso, foram selecionadas mais duas contas de resultado do balancete Siafi por meio de sorteio.

Foram escopo de avaliação da contabilidade societária no quarto trimestre de 2023 as seguintes contas contábeis:

1. Faturas/Duplicata a receber – Prestação de Serviço (Ativo)
2. Créditos a Receber por Pagamento em Duplicidade (Ativo)
3. Fornecedores Nacionais (Passivo)
4. Adiantamento diversos recebidos (Passivo)
4. Diárias (Despesa)
5. Serviços Técnicos Profissionais (Despesa)

Sob o enfoque da contabilidade pública, a equipe de auditoria elaborou a matriz de riscos e matriz de planejamento com os assuntos de maior risco e que serão objeto de avaliações.

Foram escopo de avaliação da contabilidade pública em 2023:

1. Emissão de empenhos específicos para o pagamento de multas e juros.
2. Execução de despesas de exercícios anteriores.
3. Controles dos restos a pagar inscritos.
4. Execução orçamentária das Bolsa de Estudos no País.
5. Registro das conformidades contábeis e de gestão no Siafi.

Foi escopo de avaliação da contabilidade pública no quarto trimestre de 2023:

Registro e controle da contabilização da contratualização SUS.

4. RESULTADO DOS EXAMES - CONTABILIDADE SOCIETÁRIA:

Questão 1: As demonstrações contábeis elaboradas seguiram as leis e os normativos vigentes?

Subquestão 1.1 - Foi apresentado o conjunto completo das demonstrações contábeis?

Adequado.

Foram apresentadas para a avaliação da auditoria interna o conjunto completo das demonstrações contábeis contendo:

Balanço Patrimonial (BP)

Demonstração do Resultado (DR)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e

Notas Explicativas relativas às demonstrações contábeis consolidadas do quarto trimestre de 2023 da Ebserh.

O critério utilizado para análise foi a Lei 6.404/76 e suas alterações; NBC TG Estrutura Conceitual; NBC TG 26 (R5)

Subquestão 1.2 - As notas explicativas foram apresentadas compreendendo a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas?

Adequado.

Foram apresentadas as principais práticas contábeis adotadas na Ebserh, tais como: critérios de reconhecimento e mensuração, princípios contábeis aplicados e práticas específicas aplicadas à Ebserh.

O critério utilizado para análise foi a NBC TG Estrutura Conceitual, NBC TG 05 (R3), NBC TG 23 (R2), NBC TG 26 (R5)

Subquestão 1.3 - As demonstrações contábeis foram elaboradas com a informação comparativa com o período anterior?

Adequado.

Todas as demonstrações contábeis foram apresentadas de forma comparativa com o mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a fim de divulgar o impacto dos ajustes de exercícios anteriores realizados, foi adicionada uma coluna de reapresentação dos saldos em cada quadro dos demonstrativos contábeis.

O critério utilizado para análise foi a NBC Estrutura TG Conceitual, NBC TG 26 (R5)

Subquestão 1.4 - As demonstrações contábeis foram elaboradas corretamente?

Adequado.

No recálculo das demonstrações contábeis realizado pela equipe da Auditoria Interna não foram encontradas inconsistências nas demonstrações contábeis analisadas.

O critério utilizado para análise foi NBC TG 03, NBC TG 09, NBC TG 26, NBC TG 36, ITG 09 (R1); Lei 6.404/76 e suas alterações.

Questão 2 - Sobre as contas contábeis selecionadas para avaliação, essas estão seguindo os normativos vigentes para reconhecimento e mensuração?

Subquestão 2.1 - As contas de ativo foram reconhecidas e mensuradas de acordo com as normas vigentes?

Adequado:

- **Faturas/Duplicata a receber - Prestação de Serviço (Ativo), R\$ 10.549.799,18**

A conta trata de valores a receber de curto prazo da contratualização do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - HC-UFGM com a Secretaria de Saúde do município de Belo Horizonte. O HC-UFGM realiza o registro nesta conta porque possui dois contratos com o SUS, um contrato como o gestor SUS, em que os serviços são faturados pelo DATA SUS e outro contrato com a Secretaria de Saúde do município de Belo Horizonte.

A Auditoria Interna teve acesso ao processo SEI nº 23537.038395/2023-65 no qual constam as planilhas de controle interno que o hospital utiliza para conciliar os valores. Dos dados que constam no processo, a Auditoria Interna não identificou inconsistências que prejudiquem a informação contábil apresentada. Os valores a receber estão reconhecidos e mensurados de acordo com as normas vigentes.

O critério utilizado para análise foi a NBC Estrutura TG Conceitual / Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - Parte II, item 2.1 e

item 3.

- **Créditos a Receber por Pagamento em Duplicidade (Ativo) R\$ 2.508.512,24**

A Controladoria Geral da União realizou, no exercício de 2022, a auditoria de contas na Ebserh, como resultado dos trabalhos foi identificado que a Ebserh realizou o pagamento de auxílio alimentação a colaboradores cedidos à Ebserh que já recebiam o benefício pela União. Esses pagamentos indevidos foram apurados pela Diretoria de Gestão de Pessoas e estão em processo de ressarcimento ao erário. Dessa forma, foi registrado na contabilidade o direito a receber desses colaboradores. O saldo continua no curto prazo porque tem a expectativa de recebimento no exercício de 2024.

O controle está registrado no processo SEI nº 23477.009847/2023-53 e o saldo apresentado em 31/12/2023 adequado com o controle.

A equipe de auditoria conclui que os valores estão reconhecidos e mensurados de acordo com as normas vigentes.

O critério utilizado para análise foi a NBC TSP 15 - Benefícios a Empregados, bem como a Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Norma Operacional DGP nº 06/2021 da Ebserh.

Subquestão 2.2 - As contas de passivo foram reconhecidas e mensuradas de acordo com as normas vigentes?

Adequado:

- **Fornecedores Nacionais (Passivo) R\$ 106.614.068,01**

São registradas na conta as obrigações junto a fornecedores nacionais de mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da Ebserh, bem como as obrigações decorrentes da prestação de serviços.

Durante a realização das avaliações da conta de fornecedores, observou-se, que a Unidade Gestora 155011 Hospital de Clínicas da UFTM realizou no período avaliado o registro contábil do passivo antes do ateste formal de recebimento dos produtos. A inversão do fluxo não causou intempestividade no registro contábil, uma vez que todos os registros foram realizados dentro do mês de competência.

No entanto, com o objetivo de mitigar o risco de intempestividade no registro contábil, **recomenda-se** que o HC-UFTM reveja o fluxo para que o registro contábil ocorra após ateste de recebimento dos produtos.

Manifestação do gestor:

Por meio do Despacho SEI nº 36753776, de 21/02/2024, o gestor do HC-UFTM apresentou as seguintes considerações:

1. Em atendimento à Nota Técnica Preliminar acerca das Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre de 2023 ([36648695](#)), conforme recorte abaixo, tecemos as seguintes

considerações:

2. O Setor de Contabilidade informa que seguirá as recomendações da Auditoria Interna acima. Destacamos que providências serão tomadas juntamente com as áreas envolvidas para adequação do fluxo.
3. Salientamos que não mediremos esforços para que a mudança do fluxo seja implementada partir de 01/03/2024.
4. Estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

O critério utilizado para análise foi a NBC Estrutura TG Conceitual, NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, Norma Operacional - SEI nº 01, de 27 de julho de 2023.

Subquestão 2.3 - As contas de resultado foram reconhecidas e mensuradas de acordo com as normas vigentes?

Adequado:

- **Despesas - Diárias (3.3.2.1.1.01.00), R\$ 2.264.570,54**

Realizado o teste de auditoria nos registros das despesas com diárias, observou-se que os registros são oriundos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Seleccionada uma amostra e confrontado o relatório do SCDP com os registros contábeis, foi possível concluir que reconhecimento e a mensuração seguem as normas vigentes.

O teste de auditoria limitou-se ao registro contábil não sendo avaliado a conformidade das diárias executadas.

O critério utilizado para análise foi NBC TG – Estrutura Conceitual e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - Parte II, item 2.4.

- **Despesas - Serviços Técnicos Profissionais (3.3.2.3.2.01.00), R\$ 68.043,21**

Seleccionada amostra e realizados os testes nos documentos de origem do lançamento, a equipe de auditoria concluiu que os registros de despesas com serviços técnicos profissionais, foram reconhecidas e mensuradas de acordo com as normas vigentes.

O critério utilizado para análise foi NBC TG – Estrutura Conceitual e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - Parte II, item 2.4.

Questão 3 - Os controles internos implementados mitigam os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis?

Subquestão 3.1 - Os saldos apresentados nas demonstrações contábeis estão amparados por controles internos que mitigam os riscos de erro ou fraude?

Adequado.

Para as contas avaliadas na questão anterior, ao confrontar os controles internos, com o registro contábil, não foram observadas divergências que comprometam os resultados apresentados nas demonstrações contábeis.

O critério utilizado para análise foi Instrução Normativa Conjunta MPOG e CGU nº 1, de 10 de maio de 2016.

5. RESULTADO DOS EXAMES CONTABILIDADE PÚBLICA:

Questão 1: A contabilização dos fatos contábeis ocorre com a mensuração correta e com base em documentação adequada?

Subquestão 1.1: Os registros contábeis da contratualização SUS foram realizados de acordo com a previsão orçamentária e execução financeira ocorrida no exercício?

Adequado.

O planejamento orçamentário da subvenção SUS para o exercício de 2023 foi estimado com base na série histórica de repasses, atualizações contratuais, reajuste na tabela SUS e algumas habilitações de leitos, com potencial de impacto na receita SUS em 2023. Os dados foram elaborados pelo Serviço de Contratualização Hospitalar da Ebserh-Sede e estão documentados no processo SEI nº 23477.012984/2022-94.

O registro contábil da subvenção SUS foi realizado pela competência em conta de compensação do ativo e passivo, classificada, respectivamente, como "Subvenção de Custeio SUS a Receber" e "Subvenção de Custeio SUS a Realizar". No início do exercício de 2023 a conta Subvenção de Custeio SUS a Receber recebeu o registro do valor estimado de R\$ 1.829.192.337,99. Na medida em que houver o efetivo recebimento financeiro e a aplicação desses valores na absorção da despesa pública, houve os devidos registros de atualizações nas contas de "Subvenção de Custeio SUS a Receber (Ativo)" e "Subvenção de Custeio SUS a Realizar (Passivo)" com contrapartida nas contas de "Subvenção de Custeio SUS Recebida (Receita)" e "Movimento de Saldos Patrimoniais (Despesa)".

Durante o exercício de 2023 foram recebidos de Subvenção SUS R\$ 1.902.065.691,10 e executado R\$ 1.723.487.093,48. Dessa forma, a receita de subvenção SUS a aplicar de 2023 ficou em R\$ 178.578.597,62.

O saldo da conta Subvenção de Custeio SUS a Realizar correspondem ao excedente de 2023, ao estoque que foi adquirido e ainda não foi consumido e as despesas inscritas em restos a pagar que serão executadas.

Quadro 1. Movimentação contábil da receita de Subvenção SUS em 2023:

Descrição	Valores
Planejado	R\$ 1.829.192.337,99
Recebido	R\$ 1.902.065.691,10
Executado no exercício	R\$ 1.723.487.093,48
A aplicar	R\$ 178.578.597,62

A equipe de auditoria conclui que os registros contábeis da contratualização SUS estão adequados.

6. CONCLUSÃO:

Considerando especificamente o escopo definido neste trabalho, executado o trabalho de auditoria interna, atuando-se como terceira linha e observando-se a necessária independência, no sentido de verificar a conformidade e a regularidade do processo de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, é possível concluir que os saldos existentes nas contas do Siafi estão adequadamente representados nas demonstrações contábeis consolidadas do quarto trimestre de 2023 elaboradas com base na Lei nº 6.404/76.

No que se refere aos aspectos da contabilidade pública, foi realizada avaliação sobre os registros contábeis da contratualização SUS e a equipe de auditoria concluiu que existem controles e que os registros estão adequados.

7. ENCAMINHAMENTOS:

- 7.1. Encaminhar cópia desta Nota Técnica:
 - 7.1.1. à Presidência da Ebserh para conhecimento;
 - 7.1.2. à Vice-Presidência para conhecimento;
 - 7.1.3. à Diretoria de Orçamento e Finanças para conhecimento;
 - 7.1.4. ao Hospital de Clínicas da UFTM para conhecimento e implementação da recomendação emitida;
 - 7.1.5. ao Comitê de Auditoria para conhecimento;
 - 7.1.6. ao Conselho Fiscal para conhecimento e deliberação;
 - 7.1.7. ao Conselho de Administração para conhecimento e deliberação.

8. ASSINATURAS:

Assinado eletronicamente

Leonardo Fernandes Lins de Vasconcelos

Assessor da Auditoria Interna

CRC/DF 021462/O

De acordo,

Assinado eletronicamente

Adriano Augusto de Souza

Auditor Geral da Ebserh



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Augusto de Souza, Auditor(a) Geral**, em 23/02/2024, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Fernandes Lins de Vasconcelos, Assessor(a)**, em 23/02/2024, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36836665** e o código CRC **ECB85F45**.

Referência: Processo nº 23477.004591/2024-79 SEI nº 36836665

Nota Técnica - SEI nº 7/2024/COAUD/CA-EBSERH

Processo nº 23477.004591/2024-79

INTERESSADO: Conselho de Administração - CA; Conselho Fiscal - CF;
Comitê de Auditoria - COAUD; Diretoria Executiva - DIREX;
Diretoria de Orçamento de Finanças - DOF.

ASSUNTO: Demonstrações Contábeis - DCs - Exercício de 2023.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O art. 80 do Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, estabelece as competências abaixo declinadas ao Comitê de Auditoria - COAUD, *in verbis* (grifo e negrito nosso):

[...]

Art. 80. Compete ao Comitê de Auditoria, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Ebserh;

III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Ebserh;

IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Ebserh;

V - avaliar e monitorar exposições de risco da Ebserh, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

- a) remuneração da administração;
- b) utilização de ativos da Ebserh; e
- c) gastos incorridos em nome da Ebserh.

VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração da Ebserh e a área de auditoria interna, a adequação e o fiel cumprimento das transações com partes relacionadas aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas e sua divulgação;

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras.

[...]

1.2. Nesse contexto, foi realizado o exame técnico das Demonstrações Contábeis - DCs da Ebserh, do Exercício de 2023 (SEI nº 36993693), disponibilizadas no Processo SEI nº 23477.004591/2024-79.

2. DA TEMPORALIDADE DA APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

2.1. O conjunto documental foi oficialmente recepcionado pelos membros do COAUD, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em 26 de fevereiro de 2024, constatando-se um intervalo de tempo muito adequado entre o recebimento e a análise das DCs.

3. DOS ASPECTOS PREPARATÓRIOS DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Além do recebimento formal dos autos em tela, foram realizadas reuniões técnicas entre a Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF, Auditoria Independente (Audilink Auditores & Consultores), Auditoria Interna - AUDIN e o COAUD, com vistas à análise e preparo das DCs de 2023, conforme abaixo:

- 14 de fevereiro de 2024.
- 21 de fevereiro de 2024.
- 4 de março de 2024.

3.2. As reuniões sobreditas, lastreadas no recebimento antecipado das DCs, em formato editável, em 12 de fevereiro de 2024, possibilitaram o debate técnico aprofundado do conjunto documental, tanto do ponto de vista redacional (evidenciação das informações), quanto do ponto de vista técnico (aderência a normas e procedimentos técnico), resultando num produto que reputamos de elevada qualidade técnica.

4. OPINIÃO DO COAUD

4.1. Com base nas informações recebidas, o COAUD opina que:

- As DCs da Ebserh, relativas ao Exercício de 2023, estão aptas a serem apreciadas pelo CA, conforme preceitua o art. 44, inciso XIV, do Estatuto Social da Empresa, in verbis (grifo e negrito nosso):

[...]

CAPÍTULO VII DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

...

Seção VI Das Competências

Art. 44. Compete ao Conselho de Administração:

...

XIV - analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

[...]

5. BASE PARA A OPINIÃO DO COAUD

5.1. Os registros contábeis que lastrearam a elaboração das DCs foram processados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, sistema de informação oficial de contabilidade e finanças do Poder Executivo Federal, tendo sido apresentado o conjunto de demonstrativos contábeis preconizado pela Lei nº 6.404/1976 (SEI nº 35198810), combinado com o Estatuto Social da Empresa, quais sejam (Santos, 2022):

- I) Balanço Patrimonial - BP.
- II) Demonstração do Resultado - DRE.
- III) Demonstração do Resultado Abrangente - DRA.
- IV) Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC.
- V) Demonstração do Valor Adicionado - DVA.
- VI) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.
- VII) Notas Explicativas - NEs.

5.2. Neste sentido, o conjunto documental contábil foi elaborado:

- a) Conforme a Lei nº 6.404/1976, no que se refere aos aspectos relacionados à Contabilidade Societária.

b) Em linhas gerais, em obediência ao que preceitua o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

5.3. Com relação às DCs, destacamos:

R\$ 1,00				
ATIVO	NOTA	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2022
Circulante		1.603.510.024,45	1.980.603.721,73	1.690.017.716,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	898.648.900,44	1.147.824.718,50	1.147.824.718,50
Valores a Curto Prazo	5	10.549.799,18	8.965.001,67	8.965.001,67
Subvenção de Custeio a Receber	6	145.618.429,77	290.586.005,40	-
Adiantamentos e Créditos a Receber	7	142.664.733,56	144.727.860,82	144.727.860,82
Estoques	8	406.028.161,50	388.500.135,34	388.500.135,34
Não Circulante		1.050.919.087,23	842.312.321,31	848.677.488,52
Valores a Longo Prazo	5	8.257.353,57	9.147.438,99	9.147.438,99
Depósitos Judiciais	9	43.521.714,69	29.822.559,25	29.822.559,25
Imobilizado	10	945.817.387,31	741.925.756,98	748.290.924,19
Bens Móveis	10.1	966.534.595,25	786.521.764,10	786.521.764,10
Depreciação Bens Móveis	10.3	(221.148.952,96)	(177.100.098,25)	(177.100.098,25)
Redução a Valor Recup. De Imobilizado	10.3	(10.470.711,36)	(7.241.668,49)	(7.241.668,49)
Bens Imóveis	10.2	221.445.181,03	146.220.362,15	146.220.362,15
Depreciação Bens Imóveis	10.3	(10.542.724,65)	(6.474.602,53)	(109.435,32)
Intangível	11	53.322.631,66	61.416.566,09	61.416.566,09
Direito de uso de Bens	11	36.053.842,42	25.483.770,47	25.483.770,47
Softwares	11	61.482.921,02	58.212.066,44	58.212.066,44
Amortização Bens Intangíveis	11	(41.420.405,52)	(19.624.127,82)	(19.624.127,82)
Redução a Valor Recup. De Intangível	11	(2.793.726,26)	(2.655.143,00)	(2.655.143,00)
TOTAL DO ATIVO		2.654.429.111,68	2.822.916.043,04	2.538.695.204,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

R\$1,00				
PASSIVO	NOTA	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2022
Circulante		1.544.894.031,23	1.612.928.249,56	1.612.928.249,56
Obrigações Trabalhistas a Pagar	12	1.036.259.465,45	1.387.474.902,19	1.387.474.902,19
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	13	106.614.068,01	130.073.647,11	130.073.647,11
Retenções de Impostos, Contribuições	14	235.692.640,37	40.156.363,79	40.156.363,79
Obrigações Transitórias a Curto Prazo	15	154.334.418,72	43.601.569,62	43.601.569,62
Arrendamentos CP	16	11.993.438,68	11.621.766,85	11.621.766,85
Não Circulante		1.044.162.250,73	1.202.853.597,86	1.202.853.597,86
Receita Diferida (Subvenções)	17	621.078.893,01	740.227.444,60	740.227.444,60
Arrendamentos LP	16	8.002.670,35	13.862.003,62	13.862.003,62
Contingência para Indenizações Trabalhistas	18	377.817.006,55	400.823.173,84	400.823.173,84
Contingência para Indenizações Cíveis	18	37.263.680,82	47.940.975,80	47.940.975,80
Patrimônio Líquido		65.372.829,72	7.134.195,62	(277.086.642,57)
Capital Social Realizado	19	681.560.045,66	681.560.045,66	681.560.045,66
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	20	460.141.585,55	243.593.865,39	243.593.865,39
Prejuízos Acumulados	21	(1.076.328.801,49)	(918.019.715,43)	(1.202.240.553,62)
TOTAL DO PASSIVO		2.654.429.111,68	2.822.916.043,04	2.538.695.204,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (DR)

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	Nota	01.10.2023 a 31.12.2023	01.01.2023 a 31.12.2023	01.10.2022 a 31.12.2022	(Reapresentação) 01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2022 a 31.12.2022
Receita Bruta	22	79.702.169,80	230.776.423,54	15.834.174,39	94.766.144,40	94.766.144,40
Receita com Serviços		79.702.169,80	230.776.423,54	15.834.174,39	94.766.144,40	94.766.144,40
Receita de Serviços e Exploração		79.702.169,80	230.776.423,54	15.834.174,39	94.766.144,40	94.766.144,40
Deduções da Receita		-	-	-	-	-
Receita Operacional Líquida		79.702.169,80	230.776.423,54	15.834.174,39	94.766.144,40	94.766.144,40
Custo dos Serviços Prestados	23	-	-	-	-	-
Resultado Bruto		79.702.169,80	230.776.423,54	15.834.174,39	94.766.144,40	94.766.144,40
Despesas Operacionais		(2.710.630.637,43)	(10.383.195.835,54)	(3.082.020.572,22)	(9.621.557.721,71)	(9.615.192.554,50)
Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios	24	(1.888.458.853,27)	(7.284.708.427,73)	(2.122.429.245,88)	(6.569.681.260,11)	(6.569.681.260,11)
Remuneração a Pessoal	24.1	(1.235.802.071,71)	(5.098.241.539,67)	(1.458.863.617,51)	(4.506.443.134,48)	(4.506.443.134,48)
Encargos Patronais	24.2	(534.268.291,79)	(1.713.901.492,81)	(577.057.475,72)	(1.664.496.932,20)	(1.664.496.932,20)
Benefícios a Pessoal	24.3	(112.832.020,98)	(454.925.225,35)	(86.039.292,33)	(335.269.612,85)	(335.269.612,85)
Outras Despesas com Pessoal e Encargos	24.4	(5.556.468,79)	(17.640.169,90)	(468.860,32)	(63.471.580,58)	(63.471.580,58)
Despesa com Uso de Bens e Serviços		(781.776.076,55)	(2.967.111.432,16)	(784.168.512,41)	(2.753.305.684,44)	(2.753.305.684,44)
Uso de Material de Consumo	25	(269.543.784,95)	(1.305.572.053,70)	(325.553.054,35)	(1.188.538.446,43)	(1.188.538.446,43)
Serviços Tomados	26	(512.232.291,60)	(1.661.539.378,46)	(458.615.458,06)	(1.564.767.238,01)	(1.564.767.238,01)
Despesa com Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis		696.676,03	(74.794.627,01)	(5.084.787,62)	(74.485.372,74)	(68.120.205,53)
Depreciação, Amortização e Impairment	27	(12.180.552,89)	(73.456.704,64)	(14.691.033,15)	(61.273.533,69)	(54.908.366,48)
Perdas Involuntárias e Desfazimentos	28	12.877.228,92	(1.337.922,37)	9.606.245,53	(13.211.839,05)	(13.211.839,05)

5.4. Com relação às NEs,

38. CONCILIAÇÃO CONFORME ACÓRDÃO Nº 2016/2006 – TCU

Em atenção ao Acórdão nº 2016, de 2006, do Tribunal de Contas da União (TCU), as estatais dependentes divulgam a conciliação entre as Demonstrações Contábeis apresentadas de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e aquelas promovidas conforme a Lei nº 4.320/1964, a saber:

Conciliação entre Lei nº 6.404/76 e Lei nº 4.320/64 extraída do SIAFI

Lei nº 6.404/76 - BP			Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças Apuradas entre as Legislações	
ATIVO	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022
Circulante	1.603.510.024,45	1.980.603.721,73	1.603.510.024,45	1.690.017.716,33	-	290.586.005,40
Não Circulante	1.050.919.087,23	848.677.488,52	1.050.919.087,23	859.224.661,04	-	(10.547.172,52)
TOTAL DO ATIVO	2.654.429.111,68	2.829.281.210,25	2.654.429.111,68	2.549.242.377,37	-	280.038.832,88

Lei nº 6.404/76 - BP			Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças Apuradas entre as Legislações	
PASSIVO	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022
Circulante	1.544.894.031,23	1.612.928.249,56	1.544.894.031,23	1.612.928.249,56	-	-
Não Circulante	1.044.162.250,73	1.202.853.597,86	1.044.162.250,73	1.202.853.597,86	-	-
Patrimônio Líquido	65.372.829,72	7.134.195,62	65.372.829,72	(266.539.470,05)	-	273.673.665,67
TOTAL DO PASSIVO	2.654.429.111,68	2.822.916.043,04	2.654.429.111,68	2.549.242.377,37	-	273.673.665,67

Lei nº 6.404/76 - BP			Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI		Diferenças Apuradas entre as Legislações	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022	31.12.2023	(Reapresentação) 31.12.2022
Capital Social	681.560.045,66	681.560.045,66	681.560.045,66	681.560.045,66	-	-
AFAC	460.141.585,55	243.593.865,39	460.141.585,55	243.593.865,39	-	-
Prejuízos Acumulados	(1.076.328.801,49)	(918.019.715,43)	(1.076.328.801,49)	(1.191.693.381,10)	-	273.673.665,67
TOTAL DO PL	65.372.829,72	7.134.195,62	65.372.829,72	(266.539.470,05)	-	273.673.665,67

38.1 CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS AS DIFERENÇAS APURADAS ENTRE SIAFI E SOCIETÁRIO – REAPRESENTAÇÃO 2022

A conciliação reflete o impacto do reconhecimento exclusivamente no SIAFI ou no sistema contábil societário, devido a limitações sistêmicas e aspectos técnico-contábeis.

38.2 SUBVENÇÃO A RECEBER

Registra os valores decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil em relação ao exercício anterior, no que se refere ao reconhecimento de receitas pelo regime de competência que vinham sendo registradas pelo regime de caixa, objetivando equalizar com as correspondentes despesas patronais, já reconhecidas por competência.

A intempetividade ocorreu devido à utilização do regime misto de contabilização no SIAFI (despesa por competência e receita por caixa), tal qual proposto pela Lei 4.320/64, fazendo com que tenham sido reconhecidas obrigações patronais em dezembro de 2022, no total de R\$ 290.586.005,40 (duzentos e noventa milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cinco reais e quarenta centavos), sem o reconhecimento da receita, pelos devidos recursos financeiros que só seriam recebidos por meio de cotas em janeiro de 2023, quando da realização do pagamento.

Para se adequar à legislação societária, conforme a Lei 6.404/76, e seguir o regime de competência, foi realizado em 2023 um ajuste de exercício anterior, de forma que as receitas e despesas correspondentes estejam reconhecidas no mesmo período de competência. O ajuste teve como objetivo o regime de competência e, ao mesmo tempo, melhor apresentar os resultados contábeis da Entidade, conforme coluna de reapresentação informada nos quadros das Demonstrações Contábeis.

Conta Contábil	Ativo Circulante	(Reapresentação) 31.12.2022	
1.1.2.2.1.01.08	Subvenção a Receber	290.586.005,40	Reapresentação dos saldos de 2022 com registro em 2023

38.3 BENS NÃO LOCALIZADOS

Deduziu-se do ativo o valor dos bens não localizados em processos de inventário físico. Entende-se que o imobilizado perde os requisitos para reconhecimento quando não se tem a evidência física e o controle do bem.

Conta Contábil	Ativo Circulante	31.12.2022	
1.2.3.1.1.99.07	Bens não localizados	10.547.172,52	Registro de Baixa nas Demonstrações Societária

38.4 PREJUÍZOS ACUMULADOS

Esta conta representa os prejuízos dos resultados de exercícios apurados desde a constituição da Empresa. A diferença de R\$ 273.673.665,67 (duzentos e setenta e três milhões, seiscentos e setenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos) entre os demonstrativos SIAFI e os Demonstrativos Societários está detalhado nas conciliações das Demonstrações Contábeis dos anos anteriores.

Conta Contábil	Prejuízos Acumulados	(Reapresentação) 31.12.2022
2.3.7.2.2.03.00	Ajuste de Exercício Anterior	290.586.005,40
3.6.3.1.1.01.00	Perdas Involuntárias de Bens Móveis	(10.547.172,52)
1.2.3.8.1.06.00	Amortização Acumulada de Bens Imóveis	(6.365.167,21)
TOTAL		273.673.665,67

A conciliação entre as Demonstrações Contábeis Societária e as apresentadas no SIAFI diferem-se devido aos reflexos das movimentações dos bens não localizados, registrados no SIAFI no valor de R\$ 10.547.172,52 (dez milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos); ao reconhecimento Subvenções a Receber registradas em 2023, com contrapartida a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, no valor de R\$ 290.586.005,40 (duzentos e noventa milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cinco reais e quarenta centavos) e ao reconhecimento de despesa com Amortização de bens Imóveis, reconhecida em 2023, com contra partida em ajuste de exercício anterior, no valor de R\$ 6.365.167,21 (seis milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e sete reais e vinte e um centavos). Os registros têm como base processos administrativos e controles internos validados pelas áreas gestoras e instâncias de controles internos.

Os registros com impacto em ajuste de Exercício anterior resultaram na reapresentação dos saldos de 2022, conforme verifica-se nos quadros das Demonstrações Contábeis e nota explicativa de Reapresentação, NE nº 4.

É importante ressaltar que os registros feitos no sistema societário têm como principal objetivo a apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com o princípio da essência sobre a forma. Isso garante que as informações retratem de forma precisa e fiel tanto o desempenho da Empresa quanto a sua estrutura patrimonial, oferecendo uma visão completa e confiável às partes interessadas.

39. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE INTERESSE PÚBLICO – LEI 13.303/2016

Em atendimento às disposições contidas no estatuto jurídico da empresa pública, bem como ao contido no artigo 5º do Estatuto Social da EBSEH, ressaltamos que todos os investimentos da empresa são orientados ao interesse público, em estrita observância ao cumprimento de sua finalidade legal, estabelecida no artigo 3º da Lei 12.550/2011 (Autoriza a criação da EBSEH), transcrito abaixo:

Art. 3º A EBSEH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária. (grifo nosso)

Diante disso, embora a EBSEH tenha sido criada sob a categoria de empresa pública e constituída sob a égide do direito privado, a forma de entrega de serviços públicos à sociedade é feita de forma direta, o que a caracteriza como prestadora de serviços públicos, em estrita conformidade ao estabelecido no artigo 175 da Constituição Federal, conforme abaixo:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. (grifo nosso)

Portanto, todas as obrigações ou responsabilidades assumidas pela EBSEH são norteadas por orientação da União, visando ao interesse público.

Fonte: Processo SEI nº 23477.004591/2024-79.

6. OPINIÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

6.1. Os Auditores Independentes (Audilink Auditores & Consultores) apresentaram, em linha com a Norma Brasileiras de Contabilidade - NBC, Técnicas de Auditoria - TA, 200 (Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria), 300 (Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados), 500 (Evidência de Auditoria), 700 (Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis), 701 (Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente), 705 (Modificações na Opinião do Auditor Independente) e 706 (Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente).

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, de 31 de dezembro de 2023 (SEI nº 36981019).

6.2. Nesse contexto, foi emitida a opinião de auditoria abaixo declinada, *in verbis* (grifo e negrito nosso):

[...]

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram também por nós examinadas, conforme relatório emitido em 24/fev./23, sem modificação de opinião sobre aquelas demonstrações contábeis.

Reapresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2022

Conforme explicitado na nota explicativa nº 4, da Administração, objetivando observar plenamente o regime de competência à Entidade alterou, no exercício de 2023, o critério contábil de reconhecimento das receitas de subvenções que vinha adotando até então pelo critério do Siafi, (receita por caixa), passando a adotar o regime contábil da competência, preconizado na Lei nº 6.404/76. Em decorrência dessa alteração, para possibilitar a comparação entre os exercícios as demonstrações contábeis do exercício de 2022 estão sendo reapresentadas com as alterações e efeitos nas rubricas correspondentes.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com

os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

[...]

7. CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA - AUDIN

7.1. A Auditoria Interna - AUDIN, lavrou a Nota Técnica - SEI nº 25/2024/AUDIN-EBSERH (SEI nº 36836665), da qual decotamos o trecho a seguir, *in verbis* (grifo e negrito nosso):

[...]

8. RESULTADO DOS EXAMES CONTABILIDADE PÚBLICA:

Questão 1: A contabilização dos fatos contábeis ocorre com a mensuração correta e com base em documentação adequada?

Subquestão 1.1: Os registros contábeis da contratualização SUS foram realizados de acordo com a previsão orçamentária e execução financeira ocorrida no exercício?

Adequado.

O planejamento orçamentário da subvenção SUS para o exercício de 2023 foi estimado com base na série histórica de repasses, atualizações contratuais, reajuste na tabela SUS e algumas habilitações de leitos, com potencial de impacto na receita SUS em 2023. Os dados foram elaborados pelo Serviço de Contratualização Hospitalar da Ebserh-Sede e estão documentados no processo SEI nº 23477.012984/2022-94.

O registro contábil da subvenção SUS foi realizado pela competência em conta de compensação do ativo e passivo, classificada, respectivamente, como "Subvenção de Custeio SUS a Receber" e "Subvenção de Custeio SUS a Realizar". No início do exercício de 2023 a conta Subvenção de Custeio SUS a Receber recebeu o registro do valor estimado de R\$ 1.829.192.337,99. Na medida em que houver o efetivo recebimento financeiro e a aplicação desses valores na absorção da despesa pública, houve os devidos registros de atualizações nas contas de "Subvenção de Custeio SUS a Receber (Ativo)" e "Subvenção de Custeio SUS a Realizar (Passivo)" com contrapartida nas contas de "Subvenção de Custeio SUS Recebida (Receita)" e "Movimento de Saldos Patrimoniais (Despesa)".

Durante o exercício de 2023 foram recebidos de Subvenção SUS R\$ 1.902.065.691,10 e executado R\$ 1.723.487.093,48. Dessa forma, a receita de subvenção SUS a aplicar de 2023 ficou em R\$ 178.578.597,62.

O saldo da conta Subvenção de Custeio SUS a Realizar correspondem ao excedente de 2023, ao estoque que foi adquirido e ainda não foi consumido e as despesas inscritas em restos a pagar que serão executadas.

Quadro 1. Movimentação contábil da receita de Subvenção SUS em 2023:

Descrição	Valores
Planejado	R\$ 1.829.192.337,99
Recebido	R\$ 1.902.065.691,10

Executado no exercício	R\$ 1.723.487.093,48
A aplicar	R\$ 178.578.597,62

A equipe de auditoria conclui que os registros contábeis da contratualização SUS estão adequados.

9. CONCLUSÃO:

Considerando especificamente o escopo definido neste trabalho, executado o trabalho de auditoria interna, atuando-se como terceira linha e observando-se a necessária independência, no sentido de verificar a conformidade e a regularidade do processo de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, é possível concluir que os saldos existentes nas contas do Siafi estão adequadamente representados nas demonstrações contábeis consolidadas do quarto trimestre de 2023 elaboradas com base na Lei nº 6.404/76.

No que se refere aos aspectos da contabilidade pública, foi realizada avaliação sobre os registros contábeis da contratualização SUS e a equipe de auditoria concluiu que existem controles e que os registros estão adequados.

[...]

8. CONCLUSÃO

8.1. Ante o exposto, encaminhamos os autos em tela ao insigne CA, tendo em vista a subsidiar o cumprimento do art. 44, inciso XIV, do Estatuto Social da Empresa.

Anexos:	I - Demonstrações Contábeis - DCs da Ebserh, do Exercício de 2023 (SEI nº 36993693). II - Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, de 31 de dezembro de 2023 (SEI nº 36981019). III - Nota Técnica - SEI nº 25/2024/AUDIN-EBSERH (SEI nº 36836665).
---------	--

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

ROSÂNGELA COSTA SÜFFERT

Presidente

Contadora

LÚCIO CARLOS DE PINHO FILHO

Membro

Contador

REFERÊNCIAS

- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

- SANTOS, Ariovaldo *et al.* **Manual prático de contabilidade societária: aplicável a todas sociedades**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela Costa Süffert**, **Membro do Comitê**, em 05/03/2024, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Carlos de Pinho Filho**, **Membro do Comitê**, em 05/03/2024, às 21:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37033947** e o código CRC **E5ABECF1**.

Referência: Processo nº 23477.004591/2024-79 SEI nº 37033947